



Relatório da Administração 2015

Senhores Acionistas

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Claro S.A. ("Claro " ou "Companhia") submete à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

1 - Introdução

A Claro, sediada em São Paulo, foi constituída em 23 de abril de 1992. É controlada indiretamente pela América Móvil S.A.B. de C.V. ("América Móvil"), sendo acionista controlador a empresa Claro Telecom Participações S.A. ("Claro Telecom").

Inicialmente constituída com o objetivo social de prestar serviços de telecomunicações, na modalidade telefonia móvel, compreendendo a compra, venda, importação e exportação de equipamentos e prestação de serviços, a partir de 2015, com a incorporação das empresas Embrapar, Embratel e NET, a Claro passou também a prestar serviços de longa distância, dados, telefonia local, distribuição de sinais de televisão por assinatura, provimento de acesso a serviços de valor adicionado, prestação de outros serviços de telecomunicações, e qualquer outra modalidade de distribuição de sinais de qualquer espécie.

Apesar da incorporação das empresas Embratel e NET, as respectivas marcas continuam a ser utilizadas pela Claro nos mercados corporativo e de TV por assinatura, banda larga e telefonia.

A Companhia detém, entre outras, direta e indiretamente, o controle acionário das seguintes companhias operacionais:

- Star One S.A. ("Star One") – é a principal empresa brasileira provedora de capacidade satelital.
- Primesys Soluções Empresariais S.A. ("Primesys") - empresa que presta serviços especializados de circuito e de rede de telecomunicações.

- Telmex do Brasil S.A. (“Telmex do Brasil”) – empresa que presta serviços de comunicação de dados e de internet.
- BrasilCenter Comunicações Ltda. (“BrasilCenter”) - operadora de call Center.
- iMusica S.A. (“Imusica”) que atua como provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música do Brasil e do mundo, desenvolve plataformas de gestão e distribuição de música e realiza projetos de music branding para grandes marcas.

Cenário Econômico

Em 2015, a economia brasileira ficou praticamente estagnada devido à séria crise política que se instalou no país em função dos escândalos institucionais que vieram à tona durante o ano, desestruturando a máquina pública e com isso prejudicando todos os setores da economia desde a educação, saúde pública, segurança, etc. A falta de investimentos em infraestrutura levou o país a perder competitividade nos ambientes internos e externos. Preocupados com os rumos da economia, os empresários adiaram investimentos e aguardam momentos menos incertos para iniciarem novos projetos. Por outro lado, a população passou a conviver com uma crescente taxa de desemprego, o que reduz substancialmente o consumo das famílias, prejudicando em muito o setor de serviços no qual estamos inseridos.

A taxa básica de juros encerrou 2015 a 14,25% contra 11,75% de 2014, e a taxa de câmbio da moeda norte-americana depois de ultrapassar em setembro o preço mais alto da sua trajetória nos últimos anos, R\$4,00, encerrou o ano cotada a R\$3,9048.

2 – Desempenho Operacional

Em 2015, a Companhia, através de suas controladas, manteve a estratégia de crescimento, focada na qualidade dos serviços oferecidos.

Telefonia Celular, Serviços e Produtos

Ao final de 2015, com a expansão das tecnologias 3G e 4G, a Companhia e suas controladas atingiram 2.326 cidades e 82,3% da população do Brasil com tecnologia 3G e 95 cidades com tecnologia 4G.

A rede GSM da Claro cobre mais de 3.659 cidades e 91,8% da população do Brasil.

Serviços de dados e banda larga

A Claro é um dos principais fornecedores do Brasil de serviços de comunicação de dados, servindo a uma base de clientes que inclui a maioria das 500 maiores corporações do Brasil, sendo também o principal fornecedor de serviços de internet banda larga, para clientes residenciais. Os serviços de transmissão de dados incluem o arrendamento de linhas de dados de alta velocidade para empresas e para outros provedores de telecomunicações, satélite de transmissão de dados, serviços de internet, de transmissão de dados por comutação de pacotes, frame-relay, computação em nuvem, data centers, telepresença e sistemas de tratamento de mensagens.

Em 31 de dezembro de 2015, o NET Virtua, serviço de acesso a internet para o mercado residencial, tinha aproximadamente 7,9 milhões de UGRs, em comparação com 7,3 milhões em 31 de dezembro de 2014.

Telefonia Fixa, Serviços e Produtos

A telefonia fixa convencional que permite ao usuário fazer chamadas locais, de longa distância e internacionais para qualquer telefone, encerrou 31 de dezembro de 2015, com cerca de 12,550 milhões de linhas, em comparação com 12,113 milhões em 31 de dezembro de 2014, e está disponível em todo o território nacional.

A rede de cabos submarinos da Claro atinge todos os continentes através de 09 diferentes sistemas, para fornecer serviços de telecomunicações.

Para completar a sua rede, a Claro utiliza sistemas de microondas de longa distância, em áreas onde a instalação de cabos de fibra ótica é difícil, num total de 16.254 quilômetros e sete satélites para fornecer serviços para locais remotos no interior do país.

Também oferece serviços de telefonia local para seus clientes residenciais Claro Fixo via tecnologia sem fio CDMA.

A Companhia encerrou 2015 com mais 126.541 quilômetros de cabos que passam por cerca de 21,3 milhões de casas.

TV por assinatura

A Claro é o provedor líder de serviços de TV a cabo por assinatura para clientes residenciais no Brasil. Em 31 de dezembro, 2015, a Companhia tinha aproximadamente 7,2 milhões de clientes oferecido em 177 localidades, incluindo o Rio de Janeiro e São Paulo. Entre outros, oferecemos Pay-TV e Pay-Per-View, programação sob a marca NET, TV por assinatura digital sob a marca NET Digital e de alta definição ("HD") sob a marca NET Digital HD MAX, bem como de vídeo digital gravador, serviços interativos e vídeo-on-demand. A Companhia é também a única operadora de TV por assinatura no Brasil a transmitir conteúdo em HD 3D.

A Claro oferece pacotes integrados de serviços, incluindo serviços quadruple-play, que combinam Pay-TV, internet banda larga, serviços de telefonia móvel e serviços de telefonia fixa.

Satélites de Comunicações

A Companhia atua no mercado satelital de duas formas, através da controlada Claro com o fornecimento de soluções de telecomunicações completas diretamente aos seus clientes (circuitos para dados e voz, internet e televisão) e através da controlada Star One fornecendo capacidade satelital para diferentes aplicações como televisão (banda C e banda Ku), redes em banda larga e telefonia, no âmbito do Brasil e América Latina.

Com o compromisso renovado com o Brasil e seus clientes em oferecer mais capacidade satelital para serviços de telecomunicações, a Companhia, através da sua controlada Star One, contratou respectivamente em janeiro de 2012 e em julho de 2013, a construção e entrega em órbita do satélite Star One C4 e do Star One D1. O Star One C4, equipado com 48 transponders de alta potência em Banda Ku, foi lançado com sucesso em julho de 2015. O Star One D1, equipado com transponders em Banda C, Banda Ku e Banda Ka, é o maior satélite já construído pela Star One. Seu lançamento está previsto para o 4º trimestre de 2016.

Jogos Olímpicos Rio 2016

A Claro é Patrocinadora e Fornecedora Oficial dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 na categoria Telecomunicações e vai fornecer toda a infraestrutura necessária para a realização dos jogos. O projeto possui uma dimensão bastante desafiadora em função da simultaneidade das competições e, conseqüentemente, do volume de dados trafegados. Serão 34 locais de competição. Em apenas 17 dias, serão disputadas 306 provas com medalhas. O Brasil receberá 10.500 atletas de 205 países.

Temos orgulho de estar presentes nos eventos mais importantes que acontecem no país, fornecendo soluções de TI e Telecomunicações com mobilidade, com a mesma qualidade e excelência que entregamos todos os dias aos nossos clientes.

3 – Setor de Telecomunicações

Regulatório

A Companhia, através de suas controladas, desenvolve atividades sujeitas à regulamentação e fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

Ao longo de 2015 foram promovidas algumas inovações regulamentares, dentre as quais destacamos a publicação do Regulamento sobre Gestão de Riscos das Redes de Telecomunicações e Uso de Serviços de Telecomunicações em Desastres, Situações de Emergência e Estado de Calamidade Pública, do Regulamento do Acompanhamento de

Compromissos de Aquisição de Produtos e Sistemas Nacionais e estabelece regras específicas para o cumprimento do Compromisso de Aquisição de Produtos de Tecnologia Nacional, do Regulamento das Condições de Aferição do Grau de Satisfação e da Qualidade Percebida Junto aos Usuários de Serviços de Telecomunicações e da alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 800 MHz, 900 MHz, 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.100 MHz.

Ao longo do ano a Companhia emvidou máximos esforços no atendimento das obrigações regulatórias, tendo, ao final de 2015, um total de 1.616 telefones de uso público (TUPs) ativados em atendimento ao disposto no contrato de concessão e no Plano Geral de Metas para Universalização (PGMU).

4 - Governança Corporativa - 2015

Governança Corporativa é a execução de uma gestão empresarial que respeita os interesses de todos os públicos que se relacionam com a Companhia e suas controladas, particularmente seus acionistas. Para isso, a Claro dispõe de instrumentos normativos, como Estatuto Social, Política de Divulgação, Código de Ética, entre outros, que estabelecem os principais critérios de decisão da Diretoria e permitem ao público acompanhar o processo decisório de forma transparente.

- Projeto Sarbanes Oxley (“SOX”) - dando continuidade ao cumprimento da Lei Sarbanes Oxley, a Companhia mantém um elevado nível dos controles internos e, na condição de investimento relevante da América Móvil, suporta o acionista controlador, que é listado na NYSE, no cumprimento das exigências da Lei SOX. Em 2015, encontravam-se levantados e revisados os processos relevantes, tendo sido processadas as melhorias e correções necessárias. A Administração da Claro avalia que a aplicação das exigências da SOX acabou por trazer relevantes benefícios aos negócios, à medida que contribuiu para a sedimentação da cultura de controles internos.
- Conselho de Administração – é composto por 5 membros, todos eleitos em Assembleia Geral.
- Código de Ética – implantado em 2005 e revisado em 2014, o Código reflete a expressão do compromisso empresarial com os mais altos níveis éticos de desempenho e conduta organizacional. Missão, visão, valores e princípios integram o Código, que descreve os comportamentos alinhados aos objetivos e ao modelo de gestão da empresa. O Comitê de Ética se reúne periodicamente para avaliar as questões éticas levantadas.

5 - Investimentos

Investimentos no País

A Companhia possui gestão comprometida com a alta qualidade dos serviços focando sempre na inovação e no desenvolvimento tecnológico. Em 2015, a Companhia, investiu R\$9.228 milhões.

A maior parcela dos investimentos foi direcionada para atender a investimentos em infraestrutura de rede e TV por Assinatura. Os outros investimentos relevantes foram direcionados para atender acessos, infraestrutura e serviços locais, satélites, serviços de dados e internet, tecnologia da informação e call center.

Em R\$ Milhões	2015	
Infraestrutura de Rede	5.672	61,5%
TV por Assinatura	1.478	16,0%
Acesso, Infraestrutura e Serviços Locais	467	5,1%
Satélites	552	5,9%
Serviços de dados e Internet	462	5,0%
Outros (Incluindo TI e Call Center)	598	6,5%
TOTAL	9.228	100,0%

6 - Desempenho Financeiro

A incorporação, citada no item 1, teve eficácia a partir de 31 de dezembro de 2014, conforme estipulado no Protocolo e Justificação de Incorporação. Desta forma, os efeitos desta incorporação somente afetaram o resultado consolidado da Companhia a partir de 1º de janeiro de 2015.

Demonstração de Resultado R\$ milhões	Controladora			Consolidado		
	2015	2014	Δ%	2015	2014	Δ%
Receita líquida	32.838,1	13.953,8	135,3%	33.695,4	13.966,9	141,3%
Custos e despesas	(23.684,7)	(10.499,2)	125,6%	(23.949,4)	(10.407,1)	130,1%
EBITDA	9.153,4	3.454,6	165,0%	9.746,0	3.559,8	173,8%
Equivalência patrimonial	150,7	(5,9)	-2632,7%	(1,0)	(62,1)	-98,4%
Depreciação e amortização	(6.857,5)	(2.701,1)	153,9%	(7.063,6)	(2.768,7)	155,1%
EBIT	2.446,6	747,6	227,3%	2.681,4	729,0	267,8%
Resultado financeiro	(7.278,3)	(2.388,3)	204,7%	(7.418,3)	(2.338,8)	217,2%
Resultado antes de impostos	(4.831,7)	(1.640,8)	194,5%	(4.736,9)	(1.609,8)	194,3%
Imposto de renda e contribuição social	1.198,9	520,9	130,2%	1.104,4	489,9	125,4%
Prejuízo líquido	(3.632,8)	(1.119,9)	224,4%	(3.632,5)	(1.119,9)	224,4%
Acionistas controladores	(3.632,8)	(1.119,9)	224,4%	(3.632,8)	(1.119,9)	224,4%
Acionistas não controladores	-	-	-	0,3	0,0	1555,6%

Para fins comparativos, apresentamos também como informação adicional o demonstrativo proforma de resultado da Companhia consolidado com as empresas incorporadas no mesmo período do ano anterior.

Demonstração de Resultado R\$ milhões	Controladora			Consolidado		
	2015	2014 (*)	Δ%	2015	2014 (*)	Δ%
Receita líquida	32.838,1	33.549,3	-2,1%	33.695,4	32.852,0	2,6%
Custos e despesas	(23.684,7)	(24.604,4)	-3,7%	(23.949,4)	(23.730,9)	0,9%
EBITDA	9.153,4	8.944,9	2,3%	9.746,0	9.121,1	6,9%
Equivalência patrimonial	150,7	168,8	-10,7%	(1,0)	(84,2)	-98,8%
Depreciação e amortização	(6.857,5)	(6.675,4)	2,7%	(7.063,6)	(6.562,5)	7,6%
EBIT	2.446,6	2.438,3	0,3%	2.681,4	2.474,4	8,4%
Resultado financeiro	(7.278,3)	(4.122,1)	76,6%	(7.418,3)	(4.073,2)	82,1%
Resultado antes de impostos	(4.831,7)	(1.683,8)	186,9%	(4.736,9)	(1.598,8)	196,3%
Imposto de renda e contribuição social	1.198,9	289,4	314,3%	1.104,4	238,3	363,4%
Prejuízo líquido	(3.632,8)	(1.394,4)	160,5%	(3.632,5)	(1.360,5)	167,0%

(*) Resultado proforma

7 - Responsabilidade Social

Instituto Embratel Claro e Responsabilidade Social Corporativa

O Instituto Embratel Claro, mantido pelas controladas Claro e Star One, tem como missão aliar as tecnologias da informação e da comunicação à educação e ao desenvolvimento social. A organização é o resultado da união realizada em setembro de 2013 entre o Instituto Embratel (criado em abril de 2001) e o Instituto Claro (aberto em junho de 2008).

Alinhada à premissa do Grupo América Móvil em ser uma organização que impacte positiva e permanentemente as comunidades que atende e das quais faz parte, o Instituto Embratel Claro atua em atividades que favorecem o desenvolvimento social, cultural e educacional. Além disso, apoia o desenvolvimento integral das comunidades, estabelece parcerias com institutos e fundações que se dedicam ao desenvolvimento sustentável das regiões brasileiras e proporciona acesso à internet a cada vez mais pessoas.

O Instituto Embratel Claro é qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pelo Ministério da Justiça. Também é reconhecido pelo Departamento de Informação Pública das Nações Unidas (DPI/ONU) como uma organização não governamental corporativa que promove os ideais e princípios sustentados pela Carta das Nações Unidas.

E por acreditar que os projetos desenvolvidos vêm contribuindo para a melhoria da educação no país, subsidiando os envolvidos na cadeia produtiva desses programas com materiais de qualidade e proporcionando a conexão de pessoas, a NET lançou, em 2014, o seu posicionamento institucional O Mundo é para ser Melhor, evidenciando ainda mais o compromisso da empresa com a Educação, Cultura e Cidadania.

Prêmios e Reconhecimentos de 2015

- Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRC-RJ) certifica o Instituto Embratel Claro como Empresa Cidadã pelo quinto ano consecutivo.
- Ranking Benchmarking Ambiental Brasileiro – O Instituto Embratel Claro foi o 13º colocado entre as melhores Práticas da Gestão Socioambiental Brasileira na edição de 2015 do Ranking Benchmarking com o case “Tecnologia como ponte de ações sustentáveis: exemplos da Turma do Sítio”.
- Parceria WWF – A Claro renovou sua parceria com a ONG WWF no Brasil permanecendo como membro do Clube Corporativo. O Clube foi desenvolvido com o objetivo de criar uma rede de organizações alinhadas com o princípio da responsabilidade socioambiental corporativa e com temas relevantes para o mercado e para a sociedade. O Instituto Embratel Claro é o representante da Claro no Clube Corporativo WWF.

8 – Recursos Humanos

As pessoas são o maior ativo do negócio Claro. Por isso, o processo de desenvolvimento de Recursos Humanos deve ser compreendido como parte integrante do seu modelo de gestão. Todo investimento e esforço organizacional em torno deste tema têm como objetivo assegurar, no presente e no futuro, a disponibilidade de talentos preparados e comprometidos com os constantes desafios que a dinâmica do próprio negócio apresenta, com sua cultura e visão estratégica.

Cabe à área de Recursos Humanos assegurar a melhoria da produtividade e da performance por meio da promoção contínua da inovação e do desenvolvimento de nossos colaboradores, conhecendo-os, capacitando-os, expandindo seu potencial através de programas de treinamento e desenvolvimento, e, por fim, proporcionando-lhes um bom clima organizacional, que resulte em satisfação por pertencerem à Companhia.

Agradecimentos

Agradecemos a todos com quem nos relacionamos durante o ano, em especial a confiança de nossos clientes, o trabalho profissional e dedicado dos funcionários desta Companhia, o apoio dos acionistas, dos governos, dos nossos fornecedores e a parceria de toda a comunidade.

A Administração

Demonstrações Financeiras

Claro S.A.

31 de dezembro de 2015
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

Claro S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	1
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido da controladora e consolidado	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Claro S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Claro S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas



contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Claro S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) .

São Paulo, 17 de março de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Marques
Contador CRC - 1SP 147.693/O-5

Claro S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	470.780	121.073	533.531	141.198
Títulos e valores mobiliários	5	14.932	-	-	-
Contas a receber, líquido	6	5.808.539	5.324.594	5.901.769	5.436.727
Partes relacionadas	16	1.339.478	682.281	1.035.470	516.906
Estoques	7	471.825	633.388	507.573	676.794
Tributos a recuperar, líquidos	8.1	1.113.327	1.266.057	1.228.731	1.327.918
Outros ativos		416.201	551.964	457.164	606.096
		9.635.082	8.579.357	9.664.238	8.705.639
Não circulante					
Tributos a recuperar, líquidos	8.1	1.061.262	1.215.138	1.091.176	1.248.583
Tributos diferidos, líquidos	8.2	6.614.352	5.244.964	6.748.256	5.377.330
Depósitos judiciais		2.692.458	2.405.252	2.710.022	2.422.537
Partes relacionadas	16	132.070	106.262	92.093	91.801
Outros ativos		179.398	338.774	195.630	252.491
Investimentos	9	2.136.626	2.261.762	71	334
Imobilizado	10	27.578.073	26.524.309	30.912.193	29.417.336
Intangível	11	11.040.818	10.425.912	11.232.404	10.582.536
		51.435.057	48.522.373	52.981.845	49.392.948
Total do ativo		61.070.139	57.101.730	62.646.083	58.098.587

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	12	6.980.206	6.717.091	7.322.509	6.970.180
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	1.422.069	469.218	2.205.787	465.601
Obrigações fiscais, líquidas	14	73.917	784.682	88.783	812.994
Partes relacionadas	16	1.722.282	356.395	1.681.286	326.027
Receitas diferidas		151.475	259.173	151.567	259.265
Provisões	15	438.870	420.493	452.845	431.539
Passivo atuarial	17	21.886	23.845	21.886	23.845
Outras obrigações		389.407	341.635	454.132	378.563
		11.200.112	9.372.532	12.378.795	9.668.014
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	2.800.581	4.944.841	2.734.888	5.365.318
Fornecedores	12	479.645	839.378	479.645	839.378
Obrigações fiscais, líquidas	14	144.723	18.653	145.120	19.120
Tributos diferidos, líquidos	14	-	-	150.488	62.959
Partes relacionadas	16	29.744.749	22.964.328	30.045.264	23.167.600
Provisões	15	6.068.584	5.116.574	6.079.849	5.130.203
Passivo atuarial	17	780.345	840.257	780.345	840.257
Receitas diferidas		98.459	112.061	98.820	112.521
Outras obrigações		34.057	64.229	34.083	64.255
		40.151.143	34.900.321	40.548.502	35.601.611
Patrimônio líquido					
Capital social	18	12.495.762	12.043.002	12.495.762	12.043.002
Reserva de capital		1.225.634	1.243.430	1.225.634	1.243.430
Reserva de lucros		(8.090)	(8.090)	(8.090)	(8.090)
Outros resultados abrangentes		(78.504)	(151.196)	(78.504)	(151.196)
Prejuízos acumulados		(3.915.918)	(298.269)	(3.915.918)	(298.269)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		9.718.884	12.828.877	9.718.884	12.828.877
Participação dos não controladores		-	-	(98)	85
Total do patrimônio líquido		9.718.884	12.828.877	9.718.786	12.828.962
Total do passivo e patrimônio líquido		61.070.139	57.101.730	62.646.083	58.098.587

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Claro S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Receita operacional líquida	19	32.838.124	13.953.841	33.695.383	13.966.875
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	20 e 21	(20.400.945)	(8.940.178)	(20.765.869)	(8.909.717)
Lucro bruto		12.437.179	5.013.663	12.929.514	5.057.158
Comerciais	21	(7.109.885)	(3.523.923)	(7.136.992)	(3.527.912)
Gerais e administrativas	21	(3.522.887)	(1.157.482)	(3.584.303)	(1.159.415)
Resultado de equivalência patrimonial, ganhos e perdas com investimentos e amortização de ágio alocado	9	150.669	(5.949)	(1.014)	(62.059)
Outras receitas operacionais, líquidas	21	491.501	421.244	474.218	421.274
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		2.446.577	747.553	2.681.423	729.046
Receitas financeiras	22	744.735	1.921.920	590.637	1.964.921
Despesas financeiras	22	(8.023.061)	(4.310.259)	(8.008.939)	(4.303.751)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(4.831.749)	(1.640.786)	(4.736.879)	(1.609.784)
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(207.469)	(2.417)	(217.371)	(29.809)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	1.406.397	523.303	1.321.727	519.711
Prejuízo do exercício		(3.632.821)	(1.119.900)	(3.632.523)	(1.119.882)
Atribuível aos acionistas controladores		(3.632.821)	(1.119.900)	(3.632.821)	(1.119.900)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	298	18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Claro S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Prejuízo do exercício	(3.632.821)	(1.119.900)	(3.632.523)	(1.119.882)
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Ganho (perda) na atualização do plano de benefício (1)	108.977	(229.085)	108.977	(229.085)
Efeito de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho (perda) na atualização do plano de benefício (1)	(37.052)	77.889	(37.052)	77.889
Outros resultados abrangentes líquidos a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Reflexo de variação cambial sobre investimento líquido no exterior	767	-	767	-
Outros resultados abrangentes, do exercício, líquidos de impostos	72.692	(151.196)	72.692	(151.196)
Total dos resultados abrangentes do exercício	(3.560.129)	(1.271.096)	(3.559.831)	(1.271.078)
Atribuível aos acionistas controladores	(3.560.129)	(1.271.096)	(3.560.129)	(1.271.096)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	298	18

1) Em 2014, oriundo da incorporação (Nota 1)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Claro S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido da controladora e consolidado
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros							Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido	Recursos de acionistas para futuro aumento de capital	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Ações em tesouraria	Reserva especial para dividendos não distribuídos	Reserva de incentivos fiscais	Ganho (Perda) em transação de capital						
Saldos em 31 de dezembro de 2013	10.521.900	-	205.191	(124.108)	3.255.507	4.141	-	(2.368.634)	-	11.493.997	7.042	-	11.501.039
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(1.119.900)	-	(1.119.900)	-	18	(1.119.882)
Aumento de capital	7.042	-	-	-	-	-	-	-	-	7.042	(7.042)	-	-
Redução de capital	(4.747.831)	-	-	-	-	(12.231)	-	-	-	(4.760.062)	-	-	(4.760.062)
Incorporação	6.261.891	1.243.430	-	-	-	-	-	(146.325)	(151.196)	7.207.800	-	-	7.207.800
Cancelamento das ações em tesouraria	-	-	-	124.108	(124.108)	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção dos prejuízos acumulados	-	-	(205.191)	-	(3.131.399)	-	-	3.336.590	-	-	-	-	-
Participação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	67	67
Saldos em 31 de dezembro de 2014	12.043.002	1.243.430	-	-	-	4.141	(12.231)	(298.269)	(151.196)	12.828.877	-	85	12.828.962
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(3.632.821)	-	(3.632.821)	-	298	(3.632.523)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	5.066	-	5.066	-	-	5.066
Redução de capital (Nota 18)	(344.355)	-	-	-	-	-	-	-	-	(344.355)	-	-	(344.355)
Outros efeitos em controlada	-	-	-	-	-	-	-	425	-	425	-	(481)	(56)
Aumento de capital (Nota 18)	797.115	(8.115)	-	-	-	-	-	-	-	789.000	-	-	789.000
Atualização do passivo atuarial (Nota 17)	-	-	-	-	-	-	-	-	71.925	71.925	-	-	71.925
Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	767	767	-	-	767
Perda da reserva especial de ágio	-	(9.681)	-	-	-	-	-	9.681	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	12.495.762	1.225.634	-	-	-	4.141	(12.231)	(3.915.918)	(78.504)	9.718.884	-	(98)	9.718.786
													(8.090)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Claro S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Prejuízo do exercício	(3.632.821)	(1.119.900)	(3.632.523)	(1.119.882)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	6.857.468	2.701.123	7.063.554	2.768.686
Tributos diferidos, líquidos	(1.406.397)	(509.560)	(1.321.727)	(509.560)
Provisão para variação cambial	3.355.129	1.936.969	3.976.315	1.937.674
Provisão para devedores duvidosos	954.541	314.997	959.938	314.997
Provisão para obsolescência nos estoques	-	33.387	-	33.387
Baixa de imobilizado e intangível	28.808	10.879	29.333	14.676
Provisão de juros e atualização monetária	3.653.184	372.212	3.283.383	308.213
Provisão para contingências	-	512.156	-	508.313
Provisão para desmantelamento de ativos	15.618	(21.470)	15.618	(23.722)
Equivalência patrimonial, ganhos e perdas com investimentos e amortização de ágio alocado	(150.669)	5.949	1.014	22.499
Perdas com investimentos	(423)	-	-	-
	9.674.438	4.236.742	10.374.905	4.255.281
Ativos operacionais:				
Contas a receber, líquido	(1.438.486)	(432.313)	(1.424.980)	(440.285)
Estoques	161.563	95.874	169.221	94.610
Tributos a recuperar, líquidos	306.606	(482.499)	256.594	(479.402)
Depósitos judiciais	(287.206)	(315.841)	(287.485)	(315.152)
Créditos com partes relacionadas	(648.939)	-	(518.856)	-
Outros ativos	295.141	49.720	204.940	36.048
Passivos operacionais:				
Fornecedores	(283.770)	400.313	(21.771)	448.447
Contingências	932.701	(326.961)	955.334	(327.090)
Passivo atuarial	47.106	-	47.106	-
Obrigações fiscais, líquidas	(533.922)	205.052	(488.829)	197.555
Imposto de renda e contribuição social pagos	(50.773)	-	(109.382)	-
Receitas diferidas	(121.300)	3.489	(121.399)	3.489
Partes relacionadas, líquidas	533.178	509.245	246.160	(1.206.193)
Outros passivos	40.813	-	46.934	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	8.627.150	3.942.821	9.328.492	2.267.308
Adições ao imobilizado e intangível	(8.534.802)	(5.165.059)	(9.216.911)	(5.335.493)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(262.495)	-	-	-
Investimento em controladas	88.329	385	-	1.815.688
Retirada de acionista não controlador	-	4.787.284	-	3.058.717
Títulos e valores mobiliários	-	(7.088.000)	-	(7.088.000)
Redução de caixa e equivalente de caixa por baixa de controlada	-	-	-	(4.721)
Adições de caixa e equivalente de caixa por incorporação	-	68.886	-	85.862
Dividendos e juros sobre o capital próprio	153.834	-	-	-
Caixa líquido utilizado em atividades de investimentos	(8.555.134)	(7.396.504)	(9.216.911)	(7.467.947)
Partes relacionadas	-	3.079.083	-	4.853.802
Financiamentos, debêntures, mútuo e juros pagos	(18.221.696)	-	(18.227.185)	-
Financiamentos, debêntures, mútuo obtidos	17.914.232	21.780	17.922.782	21.780
Diminuição de investimentos	-	11.155	-	-
Aumento de capital	789.000	-	789.000	-
Compra de ações de não controladores	(203.845)	-	(203.845)	-
Caixa líquido gerado em atividades de financiamentos	277.691	3.112.018	280.752	4.875.582
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	349.707	(341.665)	392.333	(325.057)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	121.073	462.738	141.198	466.255
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	470.780	121.073	533.531	141.198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

1. Histórico e contexto operacional

A Claro S.A. (“Claro” ou “Companhia”), companhia de capital fechado, foi constituída em 7 de abril de 1992, sediada na Rua Flórida, 1970, na Cidade e Estado de São Paulo, e atua no mercado de telecomunicações, principalmente, de telefonia local e de longa distância nacional e internacional (“STFC”), no Serviço Móvel Pessoal (“SMP”), em transmissão de dados (“SCM”) e TV por assinatura (“SEAC”); de telefonia local e de longa distância, Serviço Móvel Pessoal (SMP), dados e TV por assinatura. A Companhia é controlada indiretamente pela América Móvil S.A.B. de C.V. (“América Móvil”), organizada e existente de acordo com as leis do México.

Em 17 de julho de 1997, a Companhia foi a vencedora da licitação realizada para a concessão do serviço móvel celular para a área de concessão 1, compreendendo a cidade de São Paulo e 63 distritos e municípios próximos à capital, iniciando as operações a partir de maio de 1998.

A Companhia detém controle direto, principalmente, das seguintes controladas: (i) Star One S.A. (“Star One”), que é a principal provedora brasileira de capacidade satelital, (ii) Primesys Soluções Empresariais S.A. (“PMS”), que presta serviços especializados de circuito e de rede de telecomunicações; (iii) Telmex do Brasil S.A. (“TdB”), que presta serviços de comunicação de dados e internet; (iv) BrasilCenter Comunicações Ltda. (“BrasilCenter”), operadora de call center, (v) Reyc Comércio e Participações Ltda. (“Reyc”), que atua na importação e venda de equipamentos, (vi) Net Brasil Serviços de Televisão por Assinatura S.A. (“Net Brasil”) que atua na representação e locação de produtos e acessórios nacionais e estrangeiros inerentes à televisão por assinatura, a intermediação, por conta própria ou alheia, de programação, comerciais, projetos de patrocínio e procedimentos de mídia e venda de espaços comerciais e exploração de canais relacionados a televisão por assinatura, e (vii) iMusica S.A. (“Imusica”) que atua como provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música do Brasil e do mundo, desenvolve plataformas de gestão e distribuição de música e realiza projetos de *music branding* para grandes marcas.

Os contratos de concessão, por meio dos quais foram outorgadas pelo Governo Federal licenças para a prestação dos serviços de telefonia de longa distância nacional e internacional, foram renovados por um período de 20 anos a partir de 1º de janeiro de 2006, em caráter oneroso. Da mesma forma, a licença para exploração dos serviços de satélites brasileiros outorgadas à controlada Star One, renovadas em 31 de dezembro de 2005, é a título oneroso, e pode ser renovada por mais 15 anos.

A Claro arrematou no dia 30 de setembro de 2014, através do edital de licitação nº 2/2014-SOR/SPR/CD-ANATEL um dos lotes oferecidos no leilão do 4G, promovido pela ANATEL.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Esse lote de abrangência nacional permite à vencedora oferecer o serviço de banda larga de quarta geração na frequência de 700 MHz em todo o país.

Em 8 de dezembro de 2014, foi publicado no DOU o extrato do Termo de Autorização assinado junto à ANATEL referente a aquisição de Radiofrequência na faixa de 700MHz, com prazo de expiração em dezembro de 2029, renovável por mais quinze anos a título oneroso.

As operadoras vencedoras deste leilão ficaram obrigadas a constituir em até 90 dias da data de publicação do extrato do Termo no DOU uma Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD), a qual ficou responsável pela operacionalização de forma isonômica de todos os procedimentos de redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação.

Assim, em 02 de março de 2015, foi constituída a Associação Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV, da qual são associadas a Claro e as empresas Telefônica Brasil S/A, Algar Celular S/A e TIM Celular S/A.

Segue resumo das licenças para prestação de serviços de telecomunicações detidas pelas controladas da Companhia:

Empresa	Licença
Claro	Serviço Telefônico Fixo Comutado na modalidade Local** Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional* Serviço Móvel Pessoal (SMP) Serviço de Comunicação de Dados (SCM)** Serviço de Acesso Condicionado (SEAC)** Serviço Móvel Marítimo (SMM)** Serviço Móvel Global por Satélite (SMGS)**
Star One	Serviço de Comunicação de Dados (SCM)** Exploração de Satélite
PMS	Serviço de Comunicação de Dados (SLE)**
TdB	Serviço de Comunicação de Dados (SCM)**

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

* Termo final em 2025.

** Licenças por prazo indeterminado.

A Claro possui autorizações para explorar o serviço móvel pessoal (“SMP”) por meio das seguintes faixas de frequência:

Região	Prazos						
	450 MHz	850 MHz	900 MHz	1800 MHz	3G 1900 – 2100 MHz	4G 2500 MHz	4G 700 MHz
Nacional						Outubro, 2027***	Dezembro, 2029
Acre	Outubro, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Março, 2023	-	-
Rondônia	Outubro, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Março, 2023	-	-
Tocantins	Outubro, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Março, 2023	-	-
Distrito Federal	-	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Março, 2023	-	-
Mato Grosso	-	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Março, 2023	-	-
Mato Grosso do Sul	-	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Março, 2023	-	-
Goiás	-	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Março, 2023	-	-
Bahia	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2017	Dezembro, 2017	Março, 2023	-	-
Sergipe	-	-	Dezembro, 2017	Dezembro, 2017	Março, 2023	-	-
Alagoas	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Março, 2023	-	-
Ceará	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Março, 2023	-	-
Paraíba	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Março, 2023	-	-
Piauí	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Março, 2023	-	-
Pernambuco	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Março, 2023	-	-
Rio Grande do Norte	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Março, 2023	-	-
Paraná	-	-	Dezembro, 2017	Dezembro, 2017**	Março, 2023	-	-
Paraná (Norte)	-	-	Dezembro, 2022	Março, 2023	Março, 2023	-	-
Santa Catarina	-	-	Dezembro, 2017	Dezembro, 2017**	Março, 2023	-	-
Rio de Janeiro	-	Abril, 2028	Abril, 2028	Abril, 2028**	Março, 2023	-	-
Espírito Santo	-	Abril, 2028	Abril, 2028	Abril, 2028**	Março, 2023	-	-
Rio Grande do Sul	-	Abril, 2028	Abril, 2028	Abril, 2028**	Março, 2023	-	-
São Paulo – Capital	Outubro, 2027*	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Março, 2023	-	-
São Paulo – Interior	-	Março, 2028	Março, 2028	Março, 2028	Março, 2023	-	-
Minas Gerais	-	-	Abril, 2020	Março, 2023	Março, 2023	-	-
Minas Gerais (Triângulo Mineiro)	-	-	-	Março, 2023	Março, 2023	-	-
Amazonas	Outubro, 2027	Março, 2023	-	Dezembro, 2022	Março, 2023	-	-
Maranhão	Outubro, 2027	Março, 2023	-	Dezembro, 2022	Março, 2023	-	-
Roraima	Outubro, 2027	Março, 2023	-	Dezembro, 2022	Março, 2023	-	-
Amapá	Outubro, 2027	Março, 2023	-	Dezembro, 2022	Março, 2023	-	-
Pará	Outubro, 2027	Março, 2023	-	Dezembro, 2022	Março, 2023	-	-

* Inclui o código nacional 12.

** Alguns blocos vencem em março de 2023.

*** Adicionalmente ao bloco de 20 + 20 MHz nacional a Claro também adquiriu 19 blocos regionais de 10 + 10 MHz. A Claro optou por não renovar 16 blocos regionais.

A ANATEL está conduzindo um novo leilão para concessão do direito de uso de radiofrequências nas faixas de 1800 MHz, 1900 MHz e 2500 MHz.

Em dezembro de 2015, ocorreu a sessão de abertura e julgamento das propostas e, com base nas informações disponibilizadas naquela oportunidade, a Claro espera adquirir mais 19 lotes na frequência de 2500 MHz.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

A Claro está aguardando a publicação do resultado oficial do leilão por parte da ANATEL e, por tal motivo, os referidos lotes não constam do quadro resumo de licenças acima disponibilizado.

Os contratos de concessão para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) nas modalidades longa distância nacional (LDN) e internacional (LDI) estabelecem a reversibilidade dos bens indispensáveis à prestação destes serviços objeto das concessões.

Com relação a tais bens considerados reversíveis, a Lei Geral das Telecomunicações e a regulamentação da ANATEL dispõem que os mesmos estão vinculados aos serviços sob concessão, não podendo ser desvinculados, alienados, substituídos ou onerados sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

Os demais serviços de telecomunicações prestados pela Companhia, tais como o Serviço Móvel Pessoal (SMP) e o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) foram outorgados sob o regime privado, com base em autorizações expedidas pela ANATEL. O regime jurídico aplicável aos referidos serviços não estabelece obrigações de reversibilidade de bens.

a) Reorganização societária

Em 2013 a América Móvil iniciou um processo de reestruturação societária de suas empresas no Brasil ("Reestruturação"), incluindo a consolidação das atividades da Embratel Participações S.A. ("Embrapar"), da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel ("Embratel") e da Net Serviços de Comunicação S.A. ("NET") na Claro S.A. ("Claro").

Em 18 de dezembro de 2014, através das Assembleias Gerais Extraordinárias ("AGE de Incorporação"), os acionistas da Embrapar, Embratel, NET ("empresas incorporadas") e Claro aprovaram a incorporação destas empresas pela Claro, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. A incorporação estava inserida em um projeto de redução de custos operacionais e unificação de esforços gerenciais, associada a um redimensionamento da estrutura operacional. Como resultado desta incorporação, as empresas incorporadas foram extintas de pleno direito e a Claro tornou-se sua sucessora em direitos e obrigações, inclusive assumindo todas as concessões e autorizações expedidas pela ANATEL para a prestação de serviços de telecomunicações anteriormente em favor das empresas incorporadas.

Por meio da Incorporação foi vertido a Claro: (i) a totalidade do patrimônio líquido contábil da Embrapar, exceto pela parcela cindida de seu patrimônio quanto ao investimento na EG Participações S.A. e investimento indireto na Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. ("Tvsat"), e quanto aos investimentos na Claro, na Embratel e

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

na NET; (ii) a totalidade do patrimônio líquido contábil da Embratel, exceto pela parcela cindida de seu patrimônio quanto ao investimento na EG Participações S.A., investimento na Tvsat e investimento na Star One Newco Participações S.A., e quanto ao investimento na NET, (iii) e a totalidade do patrimônio líquido contábil da NET, conforme apresentado abaixo:

	Embrapar	Embratel	NET	Cisão		Eliminações		Total
				Embrapar	Embratel	Embrapar	Embratel	
Ativo								
Ativo circulante	4.037	2.510.529	1.695.394	-	-	-	-	4.209.960
Ativo não circulante	10.808.622	19.737.834	11.735.547	(1.611.967)	(1.547.324)	(8.824.750)	(4.675.223)	25.622.739
Total do ativo	10.812.659	22.248.363	13.430.941	(1.611.967)	(1.547.324)	(8.824.750)	(4.675.223)	29.832.699
Passivo								
Passivo circulante	26.118	2.286.859	2.192.561	-	-	-	-	4.505.538
Passivo não circulante	4.329	13.550.711	4.425.991	-	-	-	-	17.981.031
Acervo líquido contábil avaliado	10.782.212	6.410.793	6.812.389	(1.611.967)	(1.547.324)	(8.824.750)	(4.675.223)	7.346.130

Em decorrência das cisões na Embrapar e Embratel antes da incorporação e eliminações dos saldos de investimentos entre as empresas incorporadas e a Claro, o acervo líquido contábil ajustado em 30 de setembro de 2014 (database da incorporação), de acordo com os laudos de avaliação contábil, apresentou o seguinte efeito no patrimônio líquido da Claro:

	Embrapar	Embratel	NET	Acervo líquido incorporado na Claro
Capital	345.495	188.246	5.728.150	6.261.891
Reservas de capital	-	159.191	1.084.239	1.243.430
Resultado abrangente	-	(159.191)	-	(159.191)
	345.495	188.246	6.812.389	7.346.130

Em decorrência desta incorporação, todas as ações representativas do capital social das empresas incorporadas foram extintas e foi aprovado o aumento do capital social da Claro no montante de R\$6.261.891, com a emissão de 34.523 novas ações, nominativas e sem valor nominal, sendo 3.153 mil ações ordinárias e 31.369 mil ações preferenciais. O capital social da Claro passou a ser de R\$12.043.002.

As variações das receitas, despesas e variações patrimoniais apuradas a partir da Data-Base da Incorporação até a data da eficácia da incorporação, foram absorvidas pela Claro conforme determinado pelo Protocolo de Justificação de Incorporação, no patrimônio líquido, sendo os seguintes efeitos finais da incorporação na Claro em 31 de dezembro de 2014:

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

<u>Efeitos da incorporação</u>	<u>Capital</u>	<u>Reservas de capital</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Prejuízo do período e outros</u>	<u>Total</u>
No patrimônio líquido em 30 de setembro de 2014	6.261.891	1.243.430	(159.191)	-	7.346.130
Variações do período	-	-	7.995	(146.325)	(138.330)
No patrimônio líquido em 30 de dezembro de 2014	6.261.891	1.243.430	(151.196)	(146.325)	7.207.800

Como decorrência da Reestruturação, tornou-se necessário - em atendimento a determinadas exigências regulatórias - a obtenção pela Claro Telecom Participações S.A. ("Claropar"), do registro de companhia aberta junto à CVM, que foi deferido em 5 de dezembro de 2014.

Em função dos acionistas não controladores, a operação de troca de ações das empresas incorporadas por ações da Claro se deu a valor econômico, sendo esse baseado em laudo de especialista.

A incorporação teve eficácia a partir de 31 de dezembro de 2014, conforme estipulado no Protocolo e Justificação de Incorporação. Desta forma, os efeitos desta incorporação somente afetaram o resultado da Companhia a partir de 1º de janeiro de 2015.

Para fins de comparabilidade com o exercício corrente, o qual foi o primeiro exercício completo após a reorganização societária, estamos apresentando abaixo a demonstração do resultado da Companhia, caso o efeito da incorporação tivesse ocorrido no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Receita operacional líquida	33.549.270	32.852.033
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(22.045.783)	(20.788.404)
Lucro bruto	11.503.487	12.063.629
Despesas operacionais, líquidas	(9.065.190)	(9.589.210)
Comercialização dos serviços	(6.425.571)	(6.495.454)
Gerais e administrativas	(2.991.771)	(3.172.686)
Outras receitas operacionais, líquidas	183.344	163.105
Equivalência patrimonial	168.808	(84.175)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos	2.438.297	2.474.419
Resultado financeiro	(4.122.129)	(4.073.242)
Resultado antes dos impostos	(1.683.832)	(1.598.823)
Imposto de renda e contribuição social	289.401	238.322
Prejuízo do exercício	(1.394.431)	(1.360.501)

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

b) Análise sobre risco de continuidade

Embora em 31 de dezembro de 2015, a Companhia consolidada apresenta capital circulante líquido negativo em R\$2.714.557, o acionista controlador América Móvil tem capacidade de, se necessário for, prover o suporte financeiro necessário para a continuidade da Companhia e suas controladas nos próximos 12 meses.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos CPC, aprovados pela CVM.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são apresentadas em milhares de reais, moeda funcional e de apresentação (exceto quando mencionado de outra forma) e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios e suporte financeiro da Companhia e suas controladas. Também foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado quando classificado como disponíveis para venda.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliação de ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para a redução ao valor recuperável das contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Para fins de comparação com o período corrente, reclassificamos para custo os valores de FUST e FUNTTEL de aproximadamente R\$130.525 referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014, anteriormente apresentados como redutores de receita.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, pronunciamentos revisados e interpretações e orientações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015.

Os novos pronunciamentos, interpretações, alterações ou melhorias, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, estão descritos a seguir:

IAS 19 - Plano de Benefícios Definidos: Contribuições por Parte do Empregado

A IAS 19 exige que uma entidade considere contribuições por empregados ou terceiros ao contabilizar planos de benefícios definidos. Sempre que as contribuições estiverem ligadas a serviços, devem ser atribuídas a períodos de serviços como um benefício negativo. Essas alterações esclarecem que, se o valor das contribuições for independente da quantidade de anos de serviço, permite-se que uma entidade reconheça essas contribuições como redução no custo de serviço no período em que o serviço é prestado, em vez de alocar as contribuições aos períodos de serviço. A Companhia adotou estas alterações e todas as divulgações sobre este plano estão descritas na Nota 17.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

IFRS 8 - Segmentos Operacionais

As alterações são aplicadas retrospectivamente e esclarecem que:

- Uma entidade deve divulgar os julgamentos feitos pela administração na aplicação dos critérios de agregação descritos no parágrafo 12 da IFRS 8, incluindo uma breve descrição de segmentos operacionais que foram agregados e as características econômicas (ex.: vendas e margens brutas) utilizadas para avaliar se os segmentos são “similares”.
- A conciliação de ativos de segmento com o total do ativo deve ser divulgada se a reconciliação for reportada ao tomador de decisão operacional em nível de diretoria, semelhante à divulgação exigida para os passivos do segmento.

A Companhia não aplica os critérios de agregação descritos na IFRS 8.12. A aplicação desta norma não causou impactos na forma de apresentação pois não é aplicável a Companhia.

IAS 16 - Ativo Imobilizado e IAS - 38 Ativo Intangível

A alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece, na IAS 16 e na IAS 38, que o ativo pode ser reavaliado utilizando dados observáveis ajustando-se o valor contábil bruto do ativo ao valor de mercado ou determinando o valor de mercado do valor contábil e ajustando o valor contábil bruto proporcionalmente de modo que o valor contábil resultante seja igual ao valor de mercado. Além disso, a depreciação ou amortização acumulada é a diferença entre os valores brutos e os valores contábeis do ativo. A reavaliação de ativo imobilizado e ativos intangíveis não é permitida no Brasil.

IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas

A alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece que uma entidade de administração (entidade que presta serviços ao pessoal-chave da administração) é uma parte relacionada sujeita a divulgações de partes relacionadas. Adicionalmente, uma entidade que utiliza uma entidade de administração deve divulgar as despesas incorridas com serviços de administração. Essa alteração não é aplicável para a Companhia.

IFRS 3 - Combinações de Negócios

Estas alterações mudaram a contabilização de contraprestação contingente em combinação de negócios. Contraprestação contingente na aquisição de um negócio que não é classificada como capital próprio é mensurada subsequentemente pelo valor justo

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

por meio do resultado, sendo ou não enquadrada no âmbito da IFRS 9 Instrumentos Financeiros. Além disso, esclareceu as exceções de escopo na IFRS 3, quais sejam:

- Empreendimentos conjuntos, e não apenas *joint ventures*, estão fora do escopo da IFRS 3; e
- Aplica-se somente à contabilização das demonstrações financeiras do empreendimento conjunto em si.

Durante o exercício de 2015 e 2014, não houve eventos, relevantes, de combinações de negócios na Companhia. Adicionalmente, A Companhia não possui empreendimento conjunto relevante, logo essa alteração não possui efeitos relevantes para a Companhia.

IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo

A alteração se aplica prospectivamente e esclarece que a exceção de carteira na IFRS 13 pode ser aplicada não só a ativos financeiros e passivos financeiros, mas também a outros contratos que se enquadram no escopo da IFRS 9 (ou IAS 39, quando aplicável). A Companhia não aplica a exceção de carteira descrita na IFRS 13.

IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

Esclarecem o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. A adoção da norma não teve impacto na posição financeira da Companhia.

IAS 36 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Removem consequências não intencionais da IFRS 13 *Mensuração do Valor Justo* sobre as divulgações exigidas pelo IAS 36. Além disso, essas alterações exigem a divulgação dos valores recuperáveis dos ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para as quais tenha sido reconhecida uma perda por não recuperabilidade (*impairment*) durante o período. A aplicação dessas revisões não causa impactos nas divulgações da Companhia, uma vez que não há registro de perdas não recuperáveis nos exercícios apresentados.

IFRIC 21 Tributos

Esclarece quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

origem em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. A IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Administração analisou as suas práticas contábeis e constatou que não houve impactos em decorrência da adoção dessa norma.

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes alterações nas IFRS haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilidade de *hedge*, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas.

Para contabilidade de *hedge*, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo poucas exceções.

A adoção da IFRS 9 terá impactos apenas na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia e suas controladas não possuem atividades de *hedge*.

IFRS 14 – Contas Regulatórias Diferidas

A IFRS 14 é uma norma opcional que permite a uma entidade cujas atividades estão sujeitas a regulação de tarifas continuar aplicando a maior parte de suas políticas contábeis para saldos de contas regulatórias diferidas no momento da primeira adoção das IFRS. As entidades que adotam a IFRS 14 devem apresentar contas regulatórias diferidas como rubricas em separado no balanço patrimonial e apresentar movimentações nesses saldos contábeis como rubricas em separado no balanço patrimonial e outros resultados abrangentes. A norma exige divulgações sobre a natureza e os riscos associados com a regulação de tarifas da entidade e os efeitos dessa regulação sobre as demonstrações financeiras. A IFRS 14 está em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data. Esta norma não se aplica às atividades da Companhia.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

Uma entidade deve reconhecer o montante da receita, refletindo a contraprestação que esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. Quando for adotada, esta norma substituirá a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente (normas IAS 11, IAS 18, IFRIC 13, IFRIC 15 e IFRIC 18). Esta norma é aplicável a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2017, podendo ser adotada de forma retrospectiva ou utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos decorrentes em suas demonstrações financeiras e divulgações e ainda não definiu o método de transição e nem determinou os efeitos potenciais em seus relatórios financeiros.

IFRS 5 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas

Ativos (ou grupos de alienação) são geralmente alienados por meio da venda ou distribuição a titulares. A alteração esclarece que mudar de um desses métodos de alienação para outro não seria considerado um novo plano de alienação, mas sim uma continuação do plano original. Portanto, não há interrupção da aplicação das exigências da IFRS 5. Essa alteração deve ser aplicada prospectivamente, entrando em vigor para os períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações

(i) Contratos de serviço

A alteração esclarece que um contrato de serviço que inclua uma taxa pode constituir envolvimento contínuo em um ativo financeiro. Uma entidade deve avaliar a natureza dessa taxa e o acordo em comparação com a orientação para envolvimento contínuo na IFRS 7 a fim de avaliar se as divulgações são exigidas. A avaliação de quais contratos de serviço constituem envolvimento contínuo deve ser feita retrospectivamente. Contudo, as divulgações exigidas não precisariam ser fornecidas para qualquer período iniciado antes do período anual em que a entidade aplicar pela primeira vez as alterações. Essa alteração entra em vigor para os períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016.

(ii) Aplicabilidade das alterações na IFRS 7 para demonstrações financeiras intermediárias condensadas

A alteração esclarece que as exigências de divulgação de compensação não se aplicam a demonstrações financeiras intermediárias condensadas, a não ser que essas divulgações forneçam uma atualização significativa às informações reportadas no relatório anual mais recente. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente. Esta norma não é aplicável às demonstrações financeiras anuais da Companhia.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

IAS 19 - Benefícios aos Empregados

A alteração esclarece que a profundidade do mercado de títulos privados alta qualidade é avaliada com base na moeda em que é denominada a obrigação, em vez de no país em que está localizada a obrigação. Quando não existe mercado profundo para títulos privados de alta qualidade nessa moeda, devem ser usadas taxas de títulos públicos. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente. Não se espera que essa alteração tenha impacto significativo para a Companhia.

Alterações na IAS 1 - Iniciativa de Divulgação

As alterações na IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras esclarecem, em vez de mudar significativamente, as exigências existentes da IAS 1. As alterações esclarecem:

- As exigências de materialidade nas IAS 1.
- Que itens de linhas específicas nas demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes e no balanço patrimonial podem ser desagregados.
- Que as entidades têm flexibilidade quanto à ordem em que apresentam as notas às demonstrações financeiras.
- Que a parcela de outros resultados abrangentes de associadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) contabilizada utilizando o método patrimonial deve ser apresentada de forma agregada como um único item de linha, e classificada entre aqueles itens que serão ou não posteriormente reclassificados para resultado.

Adicionalmente, as alterações esclarecem as exigências que se aplicam quando subtotais adicionais são apresentados no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes. Essas alterações estão vigentes para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016, sendo permitida a adoção antecipada. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo para a Companhia.

Alterações nas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidades de Investimento: Exceções à Regra de Consolidação

As alterações abordam questões que têm surgido na aplicação de exceções a entidades de investimento segundo a IFRS 10. As alterações na IFRS 10 esclarecem que a isenção da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas se aplica à controladora que é

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

uma subsidiária de uma entidade de investimento, quando a entidade de investimento mensura todas as suas subsidiárias ao valor justo.

Além disso, as alterações na IFRS 10 esclarecem que somente uma subsidiária de uma entidade de investimento que não seja ela própria uma entidade de investimento e que preste serviços de suporte para a entidade de investimento é consolidada. Todas as demais subsidiárias de uma entidade de investimento são mensuradas a valor justo. As alterações na IAS 28 permitem que o investidor, ao aplicar o método patrimonial, retenha a mensuração a valor justo aplicada pela entidade de investimento associada ou *joint venture* às suas participações em subsidiárias.

Essas alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e vigentes para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016, sendo permitida a adoção antecipada. Esta norma não se aplica à Companhia.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 17 de março de 2016.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3. Políticas contábeis

3.1. Bases de consolidação

Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados, quando aplicáveis, os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, resultados de equivalência patrimonial de controladas, provisão para cobertura de passivo a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulante e não circulante, bem como é destacado o valor da participação de acionistas não controladores nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas apresentadas no exercício anterior.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, por participação direta e/ou indireta no capital social. No demonstrativo, abaixo, seguem as principais controladas:

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

	2015	2014
ATL Cayman International Ltd.	100,00%	100,00%
Telet BVI, Inc.	100,00%	100,00%
Tess Ltd.	100,00%	100,00%
Claro Corporate	100,00%	100,00%
Latam Towers Infraestrutura de Torres Ltda.	99,80%	99,80%
Star One	100,00%	100,00%
PMS	100,00%	100,00%
TdB	100,00%	100,00%
BrasilCenter	100,00%	100,00%
Reyc	99,99%	99,99%
Net Brasil	99,99%	99,99%
Reyc	99,99%	99,99%
Imusica	100,00%	100,00%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir.

O controle é obtido quando a Companhia está exposta, ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a investida.

Especificamente, a Companhia controla a investida se, e somente se, possuir:

- Poder sobre a investida (isto é, os direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida).
- Exposição ou direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o seu rendimento.

Quando a Companhia com menos de uma maioria dos votos ou direitos similares de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes para avaliar se ele tem poder sobre uma investida, incluindo:

- O acordo contratual com os outros titulares a voto da investida.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Direitos de voto da Empresa e os direitos de voto potenciais.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrados no resultado do exercício (Notas 4 e 22).

3.3. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são representados por fundo de investimento classificado como Multimercado. São demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, não excedendo o valor de realização, sendo o ganho ou a perda registrados no resultado do exercício (Notas 5 e 22).

3.4. Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, créditos com partes relacionadas e outros ativos circulantes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, passivos com partes relacionadas e outros passivos circulantes.

Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e são classificados assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Quando a Companhia e suas controladas não estiverem em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia e suas controladas podem optar em reclassificar esses ativos financeiros. A reclassificação para empréstimos, títulos e valores mobiliários e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo e da intenção da Administração.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia e suas controladas tiverem manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação, que são assim classificados quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluídos os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Mensuração do valor justo

A Companhia e suas controladas mensuram os instrumentos financeiros pelo valor justo na data de cada balanço. Além disso, os valores justos dos instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo baseia-se na presunção de que a operação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade ocorrerá:

- No principal mercado para o ativo ou passivo.
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.

O principal ou o mais vantajoso mercado deve ser acessível pela Companhia e por suas controladas.

O valor justo de um ativo ou um passivo é medida usando as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado ajam no seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em conta a capacidade de um participante do mercado para gerar benefícios econômicos usando o ativo no seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que iria usar o ativo em seu maior e melhor uso.

A Companhia e suas controladas usam técnicas de avaliação que são apropriados nas circunstâncias e para os quais estão disponíveis para mensurar o valor justo de dados suficientes, maximizando a utilização de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são classificados dentro da hierarquia do valor justo, como segue, com base na entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

- Nível 2 - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo não é observável.

3.5. Contas a receber

As contas de clientes dos serviços de telecomunicações são registradas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Incluem também serviços prestados e não faturados até as datas dos balanços e as contas a receber decorrentes da venda de aparelhos celulares, simcards e acessórios (Nota 6).

3.6. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos (Nota 22).

3.7. Estoques

Representados substancialmente por aparelhos *handsets*, celulares, simcards, cartões pré-pagos e acessórios para venda, registrados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração (Nota 7).

3.8. Investimentos

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às investidas. Os investimentos da Companhia em suas coligadas foram contabilizados inicialmente ao custo e são atualizados com base no método da equivalência patrimonial.

Os valores contábeis dos investimentos são ajustados para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia nos patrimônios líquidos das coligadas a partir da data de aquisição.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

O ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill) relativo a uma coligada está incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado e nem testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

O ágio apurado pela diferença entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida foram amortizados de acordo com a vida útil dos itens pelos quais foram gerados.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia e as práticas contábeis adotadas pelas controladas e coligadas, são consistentes (ajustadas quando aplicável) com aquelas adotadas pela Companhia.

Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento após a aplicação do método da equivalência patrimonial. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 nenhuma perda foi reconhecida pela Companhia. As participações permanentes em controladas estão sendo avaliadas na controladora pelo método da equivalência patrimonial (Nota 9).

3.9. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso dos equipamentos. A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens revisada ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência (Nota 10).

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são imobilizados.

Os custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros são capitalizados e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo superior a 12 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.10. Arrendamento mercantil

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Companhia e suas subsidiárias como arrendatários

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa no período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que os respectivos pagamentos não sejam feitos nesse período.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Companhia e suas subsidiárias como arrendadores

Arrendamentos mercantis para os quais o Grupo não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos.

3.11. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial, pelos seus custos de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável. É representado substancialmente pelo direito de exploração de serviço móvel celular acrescido dos encargos financeiros incorridos até à data de entrada em operação da Companhia e suas controladas. As outorgas começaram a ser amortizadas quando do início de cada operação, pelo período remanescente aos 15 anos a que se refere, pelo método linear (Nota 11).

Incluem ainda, os direitos de uso de software adquiridos de terceiros e valores de fundo de comércio referentes a lojas próprias (que estão sendo amortizados pelo prazo de vigência dos contratos).

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

3.12. Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

- a) **Ágio:** o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

- b) **Ativos Intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a empresa em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

3.13. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais (Nota 15.1).

Adicionalmente, a Companhia possui obrigações legais referentes a impostos, taxas e contribuições que estão atreladas a discussões judiciais, para as quais mantém provisão dos valores devidos.

3.14. Provisão para desmantelamento de ativos

A provisão para obrigações decorrentes da desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros, registrada em contrapartida ao ativo imobilizado, são registradas com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados. Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes dos impostos que reflete riscos específicos inerentes à obrigação por desativação dos ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido. Os custos futuros estimados de desativação são revisados anualmente. Mudanças nos custos futuros ou nas taxas de desconto aplicadas são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo. (Nota 15.2).

3.15. Provisão para o programa de fidelização

A Claro possui programa de fidelização, em que ligações são transformadas em pontos para futura troca por aparelhos e serviços. Para definição da quantidade de pontos a serem contabilizados são aplicadas técnicas estatísticas que consideram premissas e históricos sobre taxas de resgate, expiração e cancelamento de pontos. O valor justo do ponto é determinado através da média ponderada do valor justo dos prêmios resgatados.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

3.16. Tributação

A seguir, relacionamos as legendas relativas aos impostos, taxas e contribuições descritas nestas demonstrações financeiras:

- CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Tributo Federal.
- COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Tributo Federal.
- CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Tributo Federal.
- FISTEL - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.
- FUNTTEL - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações.
- FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.
- FINSOCIAL - Fundo de Investimento Social.
- ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Tributo Estadual.
- IOF - Imposto sobre Operações Financeiras - Tributo Federal.
- IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Tributo Federal.
- IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte - Tributo Federal.
- ISS - Imposto sobre Serviço Prestado - Tributo Municipal.
- PIS - Programa de Integração Social - Tributo Federal.
- PPNUM - Preço público relativo a administração dos recursos de numeração.
- TFF - Taxa de Fiscalização e Funcionamento.
- TFI - Taxa de Fiscalização e Instalação.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Tributos correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de exercícios anteriores são mensurados ao valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do encerramento do exercício. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Imposto de renda e contribuição social corrente relativo a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido é reconhecido no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos

O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível, inclusive com base em estratégias de planejamentos estratégicos, societário e tributário, para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitam que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperado ser de ser aplicável no ano em que o ativo seja realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Tributos sobre vendas

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Imposto sobre Serviços - ISS, às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação e diretrizes à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de telecomunicações, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente. Para as demais receitas auferidas pela Companhia na modalidade não cumulativa, às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e COFINS, respectivamente.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Esses tributos são apresentados como deduções das receitas de serviços e vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

Lei 12.973/2014 - conversão da Medida Provisória (MP) nº 627

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627, convertida em Lei nº 12.973/2014, que introduziu várias modificações na legislação do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, entre as quais destacam-se:

- (i) Revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pela Lei nº 11.941/09, de 27 de maio de 2009, a partir de 1º de janeiro de 2015 e, em caráter opcional, a partir de 1º de janeiro de 2014; e
- (ii) Alteração de dispositivos específicos do Decreto-Lei nº 1.598/77 com o objetivo de adequar a legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis em vigor, em função da extinção do RTT e da necessidade de se estabelecer uma nova forma de apuração do IRPJ e da CSLL.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Conforme facultado pelo artigo nº 75 desta Lei, a Companhia não optou pela adoção das disposições contidas em seus artigos 1º e 2º e 4º a 70º, quando aplicáveis, a partir de 1º de janeiro de 2014. Dessa forma os efeitos da referida Lei para a Companhia, iniciaram em 1º de janeiro de 2014.

3.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significantes

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A Companhia e suas controladas registram provisões para contingências no passivo circulante e não circulante, de acordo com a estimativa de prazo de liquidação. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 15.

Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

O custo de benefício definido e o valor presente da obrigação de planos de aposentadoria com benefício definido, com contribuição variável e de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e crescimento de custos médicos. A obrigação de cada um dos planos é sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de títulos públicos representados por papéis NTN-B com vencimento correspondente à duração da obrigação atuarial do benefício definido de cada benefício. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade usualmente adotadas no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria se baseiam na política de recursos humanos da organização considerando o perfil dos participantes envolvidos e nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Crescimento dos custos médicos corresponde a uma curva decrescente que parte da expectativa de curto prazo de aumento dessas despesas com redução gradual até a expectativa de longo prazo. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 17.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

3.18. Participação de empregados no resultado

A Claro e suas controladas Star One, BrasilCenter, PMS e TdB constituíram provisão para participação de empregados nos resultados, a qual é calculada com base em metas de performance estabelecidas de acordo com o planejamento anual.

3.19. Receitas diferidas

Representadas, principalmente, pela venda de capacidade de transmissão e de direito de passagem de cabos de fibra óptica e outros meios para empresas de telecomunicações brasileiras e internacionais com atuação no Mercosul, sendo apropriadas ao resultado do exercício de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

3.20. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu valor de custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco e do valor envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

A Companhia e suas controladas prestam serviços de instalação, operação, provimento de circuitos e compartilhamento de infraestrutura, onde as receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados conforme vigência de contrato.

3.21. Ajuste ao valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. Os de curto prazo são também ajustados quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

3.22. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

A Companhia e suas controladas prestam serviços de instalação, operação, provimento de circuitos e compartilhamento de infraestrutura, serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura, exploração de capacidade satelital e outros serviços em nível nacional e internacional, onde as receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados conforme vigência de contrato.

As receitas de serviços são reconhecidas quando os serviços são prestados, incluindo faturados e não faturados. As receitas de serviço compõem-se principalmente de assinaturas, utilização dos serviços e utilização da rede. Os faturamentos são processados mensalmente, de acordo com os ciclos de cobrança acordados com os clientes ao longo do mês. As receitas referentes aos créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos, são diferidas e reconhecidas no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados. Os créditos ainda não utilizados referentes aos cartões já vendidos são registrados como receita diferida pré-pago.

As receitas de venda de mercadorias (aparelhos celulares, simcards e acessórios) são reconhecidas no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável; os serviços foram efetivamente prestados e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida caso haja uma incerteza significativa de sua realização.

3.23. Campanhas promocionais

Custos e despesas referentes a campanhas promocionais, incluindo as vendas de aparelhos celulares e acessórios a valores inferiores aos custos de aquisição, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

3.24. Subvenção e assistência governamentais

A edição da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, posteriormente alterada pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilitou às pessoas jurídicas titulares de empreendimentos localizados nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM") e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), cuja atividade se enquadre em setor econômico considerado prioritário, em ato do Poder Executivo, a pleitear a redução do imposto de renda nos termos destes atos normativos.

A Companhia possui benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração para as áreas do Nordeste. A concessão deste incentivo se estende até o exercício de 2017 (para os estados: PI, BA, SE, AL e RN) e 2018 (para os estados: PB, CE e PE).

Em conformidade ao artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 a parcela de lucro incentivada também foi excluída do cálculo do dividendo obrigatório, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

3.25. Resultado financeiro

Representa juros e variações cambiais e monetárias sobre aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, empréstimos, financiamentos e debêntures e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreendem despesas e fianças bancárias, bem como despesas com PIS e COFINS (ambos calculados sobre receitas de multas e juros sobre capital próprio ativos, quando aplicável).

3.26. Participações de não controladores

Refere-se, a participação de não controladores na controlada Imúsica.

3.27. Avaliação da recuperação do valor contábil

A Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado de cada unidade geradora de caixa. O processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e taxa de desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro são baseadas no pronunciamento do CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, bem como em dados de mercado comparáveis e representam, com base nos conceitos definidos no pronunciamento técnico acima, a

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

melhor estimativa da Administração das condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir:

- Receitas

Projetadas com base na realização do ano de 2015 e projeções orçamentárias para 2016, conforme conceitos definidos no CPC 01 (R1) não foram considerados crescimentos decorrente da expansão de cobertura de rede, somente crescimento da penetração de assinantes na rede atualmente instalada.

- Custos e despesas operacionais

Projetados com base no desempenho histórico da Companhia em concordância com o modelo de remuneração dos contratos vigentes.

- Investimentos de capital

Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar a demanda atual por nossos serviços e manutenção de nossa planta existente. Não foram considerados investimentos em expansão da rede em conformidade com os conceitos definidos no CPC 01 (R1).

3.28. Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixa e bancos	297.846	116.507	356.071	131.247
Títulos e valores mobiliários	172.934	4.566	177.460	9.951
	470.780	121.073	533.531	141.198

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as aplicações em fundo de investimento financeiro referem-se principalmente, a títulos públicos compromissados, contratados junto a entidades financeiras de primeira linha, e possuem liquidez imediata, e remuneração próxima do CDI.

5. Títulos e valores mobiliários

Representados por aplicações em fundo de investimento restrito classificado como Multimercado e crédito privado, com remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 de 107,39% (108,82% do CDI em 31 de dezembro de 2014) do CDI.

6. Contas a receber, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Venda de aparelhos celulares e acessórios	1.001.376	997.809	1.001.376	997.809
Serviços de voz, dados e outros	6.155.270	5.415.347	6.261.681	5.539.942
Administradoras estrangeiras	65.925	67.812	71.674	72.610
	7.222.571	6.480.968	7.334.731	6.610.361
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.414.032)	(1.156.374)	(1.432.962)	(1.173.634)
	5.808.539	5.324.594	5.901.769	5.436.727

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
A vencer	4.111.186	3.417.072	4.104.110	3.459.148
Vencidas:				
De 1 a 30 dias	1.239.483	1.087.850	1.281.460	1.123.472
De 31 a 60 dias	353.206	259.257	368.643	272.568
De 61 a 90 dias	266.084	209.553	271.974	214.299
Mais de 90 dias	1.252.612	1.507.236	1.308.544	1.540.874
	7.222.571	6.480.968	7.334.731	6.610.361

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

A movimentação do saldo de provisão para devedores duvidosos é como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Saldo inicial	1.156.374	498.988	1.173.634	498.988
Efeitos da incorporação (Nota 1)	-	601.798	-	619.059
Provisão constituída	954.541	314.997	959.938	314.997
Baixas de provisão (1)	(696.883)	(259.409)	(700.610)	(259.410)
Saldo final	1.414.032	1.156.374	1.432.962	1.173.634

(1) Decorrente de baixa de faturas, com reconhecimento da perda após período de intensas ações de cobrança.

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Estoques de aparelhos para revenda	328.398	475.757	328.397	475.757
Materiais para manutenção de rede e assistência técnica	77.285	99.594	113.034	142.978
Estoques de <i>simcards</i> e acessórios para revenda	26.640	23.758	26.640	23.758
Outros	84.615	78.041	84.615	78.063
	516.938	677.150	552.686	720.556
(-) Provisão para perdas em estoques	(45.113)	(43.762)	(45.113)	(43.762)
	471.825	633.388	507.573	676.794

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

A movimentação da provisão para perdas em estoques é como segue:

	Controladora/Consolidado	
	2015	2014
Saldo inicial	43.762	35.181
Efeitos da incorporação (Nota 1)	-	8.445
Provisão constituída	15.401	33.387
Baixas	(14.050)	(33.251)
Saldo final	45.113	43.762

A provisão para perda em estoques é constituída com base nos itens em estoque com baixa movimentação, considerados de difícil realização.

8. Tributos a recuperar e diferidos, líquidos

8.1. Tributos a recuperar, líquidos

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
ICMS a recuperar (1)	1.164.753	1.017.796	1.219.317	1.057.729
Imposto de renda retido na fonte (2)	443.896	554.891	453.288	575.872
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	198.793	523.538	271.995	547.355
PIS/COFINS	137.079	176.654	138.205	176.654
FINSOCIAL (3)	200.685	195.871	200.685	195.871
Outros	29.383	12.445	36.417	23.020
	2.174.589	2.481.195	2.319.907	2.576.501
Circulante	1.113.327	1.266.057	1.228.731	1.327.918
Não circulante	1.061.262	1.215.138	1.091.176	1.248.583

- 1) Na controladora e no consolidado, os créditos de ICMS são oriundos, principalmente, dos investimentos realizados no ativo imobilizado, os quais estão sendo compensados com os débitos provenientes das operações. Esses créditos estão registrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo previsto de realização.
- 2) Trata-se, basicamente, de imposto de renda retido no exterior sobre as prestações de serviços de assistência técnica em telecomunicações bem como sobre as receitas de uso da marca "Claro", a serem utilizados para compensação de IRPJ e CSLL devidos no Brasil em conformidade com a Instrução Normativa SRF 213/2002. Em dezembro de 2015 foi baixado para resultado R\$138.136, esse valor refere-se ao excesso de limite permitido pela legislação para utilização do crédito.
- 3) Trata-se de crédito fiscal oriundo do pagamento a maior do tributo FINSOCIAL, nos períodos-base de setembro de 1989 a março de 1992. A Claro obteve o direito a este crédito fiscal através de decisão judicial transitada em julgado no mês de setembro de 2014, oriundo da incorporada Embratel.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

8.2. Tributos diferidos, líquidos

O ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias ativas e passivas foi reconhecido contabilmente pelas controladas, quando aplicável, considerando a ocorrência de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no CPC 32. A controlada Star One, por sua vez, reconheceu contabilmente um passivo fiscal diferido.

A Companhia e suas controladas têm créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprescritíveis, não há data limite para a utilização desses créditos tributários. A compensação dos prejuízos fiscais, limitada por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários.

Os créditos tributários diferidos apresentados no consolidado foram constituídos e ajustados no pressuposto de sua realização futura.

Em consequência da incorporação, descrita na Nota 1, os lucros tributáveis gerados pelas empresas incorporadas, passaram, a partir de 01 de janeiro de 2015, a ser gerados na Claro. A Companhia estima que os lucros tributáveis das operações empresas incorporadas, somados aos lucros tributáveis dos serviços de telefonia celular, já gerados pela Claro, compensarão os impostos diferidos ativos desta controlada, até o exercício de 2025.

Considerando os eventos da reestruturação societária, conforme Nota 1, a consolidação e manutenção da estratégia de concentração de esforços no mercado de dados e pós-pago, a Administração da Companhia e seus acionistas controladores entendem que haverá disponibilidade de lucro tributável suficiente para compensação futura dos créditos fiscais.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários são revisadas, no mínimo, anualmente e estão suportadas por projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, societárias, estratégicas e de negócios, considerados no encerramento do exercício findo em de 31 de dezembro de 2015.

Os estudos técnicos realizados para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos dentro do prazo estipulado na Instrução Normativa CVM 371/2002. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

	Controladora			
	2015		2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Ativo fiscal diferido				
Prejuízos fiscais	2.395.275	873.426	1.750.382	645.945
Provisão para devedores duvidosos	610.986	219.955	495.865	178.511
Provisão para contingências	702.707	252.975	690.232	248.636
Tributos com exigibilidade suspensa	692.635	249.349	513.476	184.851
Crédito fiscal incorporado (1)	556.627	200.386	608.399	219.023
Outras diferenças temporárias	555.467	199.968	407.724	147.058
	5.513.697	1.996.059	4.466.078	1.624.024
Passivo fiscal diferido				
Inovação tecnológica	(3.596)	(695)	(3.658)	(716)
Prêmio sobre emissão de debêntures	(1.776)	(640)	(1.777)	(640)
Correção monetária especial	(18.915)	(6.809)	(18.915)	(6.809)
Intangível	(95.569)	(34.405)	(95.527)	(34.390)
Ativo Imobilizado	(766)	(276)	(766)	(276)
Ágio em aquisições (2)	(587.336)	(144.621)	(548.431)	(133.233)
	(707.958)	(187.446)	(669.074)	(176.064)
Ativo fiscal diferido, líquido	4.805.739	1.808.613	3.797.004	1.447.960

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

	Consolidado			
	2015		2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Ativo fiscal diferido				
Prejuízos fiscais	2.456.767	895.605	1.826.863	673.527
Provisão para devedores duvidosos	614.710	221.295	498.558	179.481
Provisão contingências	706.946	254.501	694.139	250.043
Tributos com exigibilidade suspensa	694.654	250.075	515.495	185.578
Crédito fiscal incorporado (1)	556.627	200.386	608.399	219.023
Outras diferenças temporárias	582.357	209.758	419.880	151.481
	5.612.061	2.031.620	4.563.334	1.659.133
Passivo fiscal diferido				
Inovação tecnológica	(3.617)	(695)	(3.657)	(717)
Prêmio sobre emissão de debêntures	(1.776)	(640)	(1.776)	(640)
Correção monetária especial	(18.915)	(6.809)	(18.915)	(6.809)
Intangível	(95.569)	(34.405)	(95.526)	(34.390)
Ativo imobilizado	(766)	(276)	(766)	(276)
Ágio em aquisições (2)	(587.336)	(144.621)	(548.434)	(133.231)
	(707.979)	(187.446)	(669.074)	(176.063)
Ativo fiscal diferido, líquido	4.904.082	1.844.174	3.894.260	1.483.070

(1) Benefício fiscal oriundo de amortização do ágio vertido da incorporada NET: Em 30 de agosto de 2013, a NET incorporou a GB Empreendimentos e Participações S.A. ("GB"), sociedade anteriormente controlada pela Embrapar e, até então, controladora da GB, a fim de simplificar a estrutura organizacional de seus investimentos, aproveitar sinergias, reduzir custos operacionais e outros benefícios. Considerando que o patrimônio da GB era constituído, exclusivamente, de investimento na NET, a incorporação da GB pela NET não resultou em aumento de capital. Como consequência, a participação que a Embrapar e a Embratel, detinham indiretamente na NET, através da própria GB, passou a ser detida diretamente, simplificando a estrutura do grupo societário. Com esta incorporação reversa, a NET sucedeu a GB no direito de amortização, para fins fiscais, de um benefício no montante de R\$975.023. Conforme instrução CVM 319 e respectiva nota explicativa emitidas pela CVM, bem como interpretação técnica ICPC09 (R1) emitida pelo CPC, o referido imposto diferido ativo teve como contrapartida a rubrica denominada "reserva especial de ágio oriundo da incorporação da GB" no patrimônio líquido. Durante o primeiro trimestre de 2014 a Administração da incorporada NET, revisou o prazo de amortização do crédito fiscal com base no laudo de avaliação emitido por empresa especializada. Conforme descrito na Nota 1.a) a Embrapar, Embratel e NET foram incorporadas pela Claro.

(2) Passivo fiscal diferido oriundo da incorporada NET (combinações de negócios da Vivax Ltda, NET Jundiá Ltda, Big TV e ESC 90), conforme pronunciamento técnico CPC 15.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	Controladora		Consolidado	
	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social
Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.659.889	974.010	2.818.235	1.031.018
Adições	420.826	151.497	420.826	151.497
Baixas	(35.947)	(13.072)	(38.589)	(14.023)
Créditos oriundos de incorporação (Nota1)	754.015	336.166	851.273	371.272
Baixa Americel	-	-	(155.706)	(56.053)
Outros	(1.779)	(641)	(1.779)	(641)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	3.797.004	1.447.960	3.894.260	1.483.070
Adições	1.060.445	379.269	1.074.568	384.357
Baixas	(51.710)	(18.616)	(64.746)	(23.253)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	4.805.739	1.808.613	4.904.082	1.844.174

A tabela abaixo apresenta o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

Ano	Controladora (*)	Consolidado (*)
2016	1.724.044	1.707.729
2017	915.703	911.825
2018	1.074.932	1.072.423
2019	1.114.583	1.103.332
2020	1.276.637	1.285.537
2021	384.925	541.099
2022	19.237	19.237
2023 a 2025	999.695	1.002.499
	7.509.756	7.643.681

(*) Corresponde ao total do ativo diferido, sem incluir o valor do passivo que é apresentado líquido no balanço patrimonial.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

9. Investimentos

Na controladora, a movimentação dos saldos está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2014							Saldos em 31/12/2015						
	Investimento	Ágio	Provisão para perda passivo a descoberto (1)	Resultado da equivalência patrimonial	Amortização de ágio	Outros ajustes de controlada	Ágio	Redução/aumento de capital	Dividendos	Juros sobre capital próprio ("JSCP")	Diferenças cambiais sobre conversão de investimento estrangeiro	Investimento	Ágio	Provisão para perda passivo a descoberto (1)
Claro Corporate	85.284	85.523	-	-	-	423	-	-	-	-	-	85.707	85.523	-
MPO	316	-	-	(1.014)	-	-	-	750	-	-	-	52	-	-
Imusica	-	43.312	(5.965)	(9.463)	(190)	-	1.458	14.480	-	-	138	-	44.580	(810)
BrasilCenter	45.463	-	-	(844)	-	-	-	-	-	-	-	44.619	-	-
TdB	344.720	-	-	(29.704)	-	-	-	(100.000)	(108.901)	-	-	106.115	-	-
Star One	948.953	-	-	214.172	-	-	-	-	-	(46.850)	-	1.116.275	-	-
PMS	514.377	-	-	22.824	-	-	-	-	-	(32.148)	-	505.053	-	-
Net Brasil	3.019	-	-	281	-	-	-	-	-	-	-	3.300	-	-
REYC	190.776	-	-	(45.393)	-	-	-	-	-	-	-	145.383	-	-
ATL Cayman	-	-	(14.461)	-	-	-	-	-	-	-	(6.797)	-	-	(21.258)
Outros	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	-	-
	<u>2.132.927</u>	<u>128.835</u>	<u>(20.426)</u>	<u>150.859</u>	<u>(190)</u>	<u>423</u>	<u>1.458</u>	<u>(84.770)</u>	<u>(108.901)</u>	<u>(78.998)</u>	<u>(6.659)</u>	<u>2.006.523</u>	<u>130.103</u>	<u>(22.068)</u>
	2.261.762			150.669								2.136.626		

1) Vide composição da Nota 15 - Provisões

Claro S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Em 30 de abril de 2015, foi aprovada em AGE a proposta de destinação do dividendo adicional proposto no montante de R\$108.901, relativo ao saldo remanescente do lucro líquido ajustado, após reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 da controlada TdB.

Em 10 de setembro de 2015, foi deliberada em AGE a redução de capital, na controlada TdB, no montante R\$100.000, mediante o cancelamento de 105.792 ações.

Em 17 de dezembro de 2015, foi deliberado AGE, aumento de capital, na controlada Imusica, no montante R\$14.480, com emissão de 14.480.001 ações ordinárias subscritas e integralizadas pela Companhia, com a capitalização recursos oriundos de adiantamento para futuro aumento do capital ("AFAC") no montante de R\$12.630 e R\$1.850 em espécie.

Em 29 de dezembro de 2015, foi deliberado em AGE, aumento de capital no montante de R\$750 na controlada MPO, com emissão de 150.000.000 ações ordinárias, subscritas e integralizadas pela Companhia, através da emissão de 75.000.000 ações ordinárias.

Em 30 de dezembro de 2015, em reunião do conselho de administração da controlada Star One, foi deliberada a aprovação do pagamento JSCP, considerando o resultado até novembro de 2015, a serem imputados aos dividendos obrigatórios do exercício de 2015, no montante de R\$46.850.

Em 30 de dezembro de 2015, em AGE da controlada PMS, foi deliberada a aprovação do pagamento de JSCP, considerando o valor da reserva de lucros existente em 31 de dezembro de 2014, a serem imputados aos dividendos obrigatórios do exercício de 2015, no montante de R\$32.148.

Claro S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2015, os detalhes das principais controladas diretas e coligada, são como se seguem:

Controladas diretas/ coligada	Lucro (prejuízo) líquido	Patrimônio líquido	Quantidade de ações/ (lotes de mil)		% de participação	
			Ordinárias/ quotas	Preferenciais	Total	Capital votante
Claro Corporate	-	85.707	85.706	-	100,00	100,00
MPO	(2.028)	104	1.413.069	-	50,00	50,00
Imusica	(9.463)	(810)	14.641	-	100,00	100,00
TdB	(29.704)	106.115	58.020	58.020	100,00	100,00
BrasilCenter	(844)	44.619	95.839	-	100,00	100,00
Star One	214.172	1.116.275	105.471	-	100,00	100,00
PMS	22.824	505.053	2.627	5.254	100,00	100,00
Net Brasil	281	3.300	2.099	-	100,00	100,00
REYC	(45.392)	145.383	5.283	-	100,00	100,00

Os investimentos no consolidado estão compostos como se seguem:

	2015	2014
MPO Processadora de pagamentos S.A ("MPO")	52	315
Outros	19	19
	<u>71</u>	<u>334</u>

Claro S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

10. Imobilizado

a) Composição

	Vida útil estimada em anos	Controladora			
		2015		2014	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos de transmissão	3,5,7,8,10 e 20	48.443.723	(31.937.020)	16.506.703	16.080.952
Infraestrutura	5,10,20 e 25	7.339.764	(4.571.866)	2.767.898	2.681.624
Equipamentos de comutação	3,4,5,7 e 10	13.526.162	(10.655.852)	2.870.310	2.629.791
Prédios	20 e 25	1.336.789	(1.070.133)	266.656	297.648
Terrenos	-	239.047	-	239.047	237.432
Outros ativos imobilizados	3,5 e 10	4.742.311	(2.941.042)	1.801.269	618.731
Ajuste ao valor de realização ("Impairment")		(1.165.622)	1.157.548	(8.074)	(11.123)
Imobilizado em andamento		3.134.264	-	3.134.264	3.989.254
		77.596.438	(50.018.365)	27.578.073	26.524.309

	Vida útil estimada em anos	Consolidado			
		2015		2014	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos de transmissão	3,5,7,8,10,12 e 20	51.888.881	(34.021.171)	17.867.710	16.838.152
Infraestrutura	5,10,20 e 25	7.652.964	(4.840.077)	2.812.887	2.734.104
Equipamentos de comutação	3,4,5,7 e 10	13.935.002	(10.824.591)	3.110.411	2.812.464
Prédios	20 e 25	1.347.364	(1.075.113)	272.251	303.466
Terrenos	-	416.282	-	416.282	329.143
Outros ativos imobilizados	3,5 e 10	4.884.570	(3.050.651)	1.833.919	741.041
Ajuste ao valor de realização ("Impairment")		(1.360.775)	1.331.918	(28.857)	(34.359)
Imobilizado em andamento		4.627.590	-	4.627.590	5.693.325
		83.391.878	(52.479.685)	30.912.193	29.417.336

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

b) Movimentação

	Controladora						Ajuste a valor de realização "Impairment"	Imobilizado em andamento	Total
	Equipamentos de transmissão	Infraestrutura	Equipamentos de comutação	Prédios	Terrenos	Outros ativos imobilizados			
Custo									
Saldos em 31/12/2013	11.202.927	4.441.957	3.884.435	160.511	26.808	2.189.038	-	876.302	22.781.978
Adições	11.308	155.127	1.041	-	-	312.957	-	2.646.837	3.127.270
Baixas	(276)	(2.737)	(5.740)	-	(31)	(17.333)	-	-	(26.117)
Transferências	1.180.949	317.466	634.345	7.024	22	221.452	-	(2.387.496)	(26.238)
Efeitos da incorporação (Nota 1)	30.721.355	1.774.877	7.739.904	1.163.219	210.633	1.454.890	(1.165.622)	2.853.611	44.752.867
Saldos em 31/12/2014	43.116.263	6.686.690	12.253.985	1.330.754	237.432	4.161.004	(1.165.622)	3.989.254	70.609.760
Adições	2.924.027	106.594	4	2.402	1.465	310.951	-	4.147.220	7.492.663
Baixas	(201.947)	(5.642)	(57.655)	-	-	(14.931)	-	(16.775)	(296.950)
Transferências (1)	2.605.380	552.122	1.329.828	3.633	150	285.287	-	(4.985.435)	(209.035)
Saldos em 31/12/2015	48.443.723	7.339.764	13.526.162	1.336.789	239.047	4.742.311	(1.165.622)	3.134.264	77.596.438
Depreciação									
Saldos em 31/12/2013	(6.633.664)	(2.269.993)	(3.193.232)	(83.772)	-	(1.926.712)	-	-	(14.107.373)
Adições	(961.877)	(475.301)	(527.293)	(11.909)	-	(354.823)	-	-	(2.331.203)
Baixas	26	2.595	5.222	-	-	7.487	-	-	15.330
Transferências	1.063	222	704	(1)	-	298	-	-	2.286
Efeitos da incorporação (Nota 1)	(19.440.859)	(1.262.589)	(5.909.595)	(937.424)	-	(1.268.523)	1.154.499	-	(27.664.491)
Saldos em 31/12/2014	(27.035.311)	(4.005.066)	(9.624.194)	(1.033.106)	-	(3.542.273)	1.154.499	-	(44.085.451)
Adições	(4.126.885)	(572.600)	(1.089.267)	(37.027)	-	(385.577)	3.049	-	(6.208.307)
Baixas	199.925	5.618	57.611	-	-	12.243	-	-	275.397
Transferências (1)	(974.749)	182	(2)	-	-	974.565	-	-	(4)
Saldos em 31/12/2015	(31.937.020)	(4.571.866)	(10.655.852)	(1.070.133)	-	(2.941.042)	1.157.548	-	(50.018.365)
Saldos líquidos em 31/12/2013	4.569.263	2.171.964	691.203	76.739	26.808	262.326	-	876.302	8.674.605
Saldos líquidos em 31/12/2014	16.080.952	2.681.624	2.629.791	297.648	237.432	618.731	(11.123)	3.989.254	26.524.309
Saldos líquidos em 31/12/2015	16.506.703	2.767.898	2.870.310	266.656	239.047	1.801.269	(8.074)	3.134.264	27.578.073

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

	Consolidado							Ajuste a valor de realização "Impairment"	Imobilizado em andamento (2)	Total
	Equipamentos de transmissão	Infraestrutura	Equipamentos de comutação	Prédios	Terrenos	Outros ativos imobilizados				
Custo										
Saldos em 31/12/2013	11.397.478	4.954.849	3.921.423	165.613	199.399	2.195.413	-	920.808	23.754.983	
Adições	11.319	166.042	1.041	-	-	313.257	-	2.760.094	3.251.753	
Baixas	(4.497)	(2.747)	(6.567)	-	(31)	(17.656)	-	-	(31.498)	
Transferências	1.212.825	338.647	635.311	7.193	15	222.471	-	(2.442.936)	(26.474)	
Mudança de Participação - Americel	(222.038)	(544.407)	(37.126)	(5.270)	(1.355)	(6.692)	-	(28.610)	(845.498)	
Efeitos da incorporação (Nota 1)	33.429.934	2.086.937	8.058.132	1.173.401	131.115	1.673.600	(1.360.775)	4.483.969	49.676.313	
Saldos em 31/12/2014	45.825.021	6.999.321	12.572.214	1.340.937	329.143	4.380.393	(1.360.775)	5.693.325	75.779.579	
Adições	2.796.996	106.893	4	2.402	1.465	293.067	-	4.948.757	8.149.584	
Baixas	(201.947)	(5.647)	(57.655)	-	-	(15.142)	-	(16.499)	(296.890)	
Transferências (1)	3.468.811	552.397	1.420.439	4.025	85.674	226.252	-	(5.997.993)	(240.395)	
Saldos em 31/12/2015	51.888.881	7.652.964	13.935.002	1.347.364	416.282	4.884.570	(1.360.775)	4.627.590	83.391.878	
Depreciação										
Saldos em 31/12/2013	(6.719.957)	(2.504.266)	(3.223.933)	(85.493)	-	(1.930.551)	-	-	(14.464.200)	
Adições	(981.222)	(521.289)	(528.521)	(12.306)	-	(355.224)	-	-	(2.398.562)	
Baixas	1.352	2.603	5.448	-	-	7.511	-	-	16.914	
Transferências	1.063	222	704	(1)	-	298	-	-	2.286	
Mudança de Participação - Americel	104.311	280.231	31.703	2.118	-	4.188	-	-	422.551	
Efeitos da incorporação (Nota 1)	(21.392.416)	(1.522.718)	(6.045.151)	(941.789)	-	(1.365.574)	1.326.416	-	(29.941.232)	
Saldos em 31/12/2014	(28.986.869)	(4.265.217)	(9.759.750)	(1.037.471)	-	(3.639.352)	1.326.416	-	(46.362.243)	
Adições	(4.259.353)	(580.772)	(1.122.465)	(37.642)	-	(398.939)	5.502	-	(6.393.669)	
Baixas	199.925	5.618	57.611	-	-	13.075	-	-	276.229	
Transferências (1)	(974.874)	294	13	-	-	974.565	-	-	(2)	
Saldos em 31/12/2015	(34.021.171)	(4.840.077)	(10.824.591)	(1.075.113)	-	(3.050.651)	1.331.918	-	(52.479.685)	
Saldos líquidos em 31/12/2013	4.677.521	2.450.583	697.490	80.120	199.399	264.862	-	920.808	9.290.783	
Saldos líquidos em 31/12/2014	16.838.152	2.734.104	2.812.464	303.466	329.143	741.041	(34.359)	5.693.325	29.417.336	
Saldos líquidos em 31/12/2015	17.867.710	2.812.887	3.110.411	272.251	416.282	1.833.919	(28.857)	4.627.590	30.912.193	

1) Representam transferências de imobilizado em andamento para operação bem como para o intangível.

2) O saldo do imobilizado em andamento é constituído principalmente por gastos com obras civis e equipamentos para a construção de rede de telefonia celular, principalmente, pela implantação das redes de quarta geração (4G) e construção de satélites pela controlada Star One.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

1. Bens vinculados aos contratos de concessão

Os contratos de concessão de serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional, firmados pela incorporada Embratel e transferidos para a Claro em função da reorganização societária mencionada na Nota 1, estabelecem a reversibilidade dos bens indispensáveis a prestação dos serviços objeto das concessões, de modo a garantir a continuidade destes ao final das concessões.

Com relação a tais bens considerados reversíveis, a Lei Geral das Telecomunicações e a regulamentação da ANATEL dispõem que os mesmos estão vinculados aos serviços sob concessão, não podendo ser desvinculados, alienados, substituídos ou onerados sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

2. Bens dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2015, a Claro possui imóveis e outros ativos imobilizados, arrolados e/ou nomeados à penhora em processos judiciais em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$511.625 (R\$491.425 em 31 de dezembro de 2014).

3. Satélite Star One C4

Em 15 de julho de 2015, ocorreu o lançamento bem-sucedido do satélite Star One C4, novo integrante da terceira geração de satélites da controlada, a partir da base Kourou localizada na Guiana Francesa. Este satélite assegura a expansão dos serviços de DTH da Claro hdtv no Brasil e das demais operadoras de DTH do Grupo América Móvil nas Américas do Sul e Central, além de trazer capacidade adicional para serviços de vídeo, dados e internet para o mercado.

O satélite Star One C4 ficará localizado na posição orbital de 70°W. Essa posição é considerada "hot position" por transmitir os sinais das maiores emissoras de televisão do país e ainda um parque de 22 a 25 milhões de antenas parabólicas apontadas.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor contabilizado no imobilizado consolidado é de R\$704.894.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

4. Satélite Star One D1

Em 9 de julho de 2013, a controlada Star One assinou contrato com a SSL para a entrega em órbita do satélite Star One D1, que será equipado com transponders nas Bandas C, Ku e Ka. O investimento total desse projeto está estimado em US\$404,000,000.00 e o lançamento deverá ocorrer no quarto trimestre de 2016. O Star One D1 garantirá a continuidade dos serviços em Banda C. Ele terá ainda nova capacidade em Banda Ku para atender às demandas de dados, vídeo e internet de clientes corporativos e de governo no Brasil, nas Américas do Sul e Central, incluindo o México. Além disso, o novo satélite vai inaugurar a quarta geração de satélites da Star One, focada em Banda Ka, voltada primariamente para o atendimento ao Plano Nacional de Banda Larga e backhaul de celular. A cobertura de Banda Ka do novo satélite vai abranger as regiões Nordeste, Sul, Sudeste e partes das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. Em 31 de dezembro de 2015, o montante relacionado a esse contrato está registrado na rubrica imobilizado em andamento, totalizando R\$1.033.390 (R\$480.383 em 31 de dezembro de 2014).

5. Juros capitalizados

A controlada Star One adota como prática capitalizar mensalmente os custos de empréstimos durante o período de construção de seus ativos qualificáveis (satélites), líquidos de receitas financeiras em conformidade com as práticas estabelecidas pelo CPC 20 (R1).

6. Revisão da vida útil

A administração da Companhia revisa anualmente a vida útil do seu ativo. Tal revisão é suportada com dados históricos, mudança no ambiente econômico em que a Companhia atua e com base na avaliação técnica profissional. Com base na revisão da vida útil econômica remanescente a Administração concluiu que a estimativa de vida útil do seu ativo imobilizado representa adequadamente a vida econômica do ativo e não identificou ajustes nas taxas de depreciação em 2015.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

11. Intangível

a) Composição

	Vida útil estimada em anos	Controladora			
		2015			2014
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Licenças de outorga (1)	6,15 e 20	10.968.394	(9.321.521)	1.646.873	1.855.509
Direito de uso de software	5	3.695.281	(2.504.058)	1.191.223	886.084
Ágio	-	3.441.902	(173.164)	3.268.738	3.429.674
Direito de uso de circuitos e de passagem	5,12,15,20 e 30	1.224.608	(352.605)	872.003	479.741
Fundo de comércio	1	91.207	(87.493)	3.714	4.946
Outros ativos intangíveis	5,10 e 20	106.855	(90.091)	16.764	23.542
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	3,7 – 6,7 e 10,75	1.689.308	(839.575)	849.733	833.817
Ajuste ao valor de realização (<i>Impairment</i>)		(157.725)	157.725	-	-
Intangível em andamento (2)	-	3.191.770	-	3.191.770	2.912.599
		24.251.600	(13.210.782)	11.040.818	10.425.912

	Vida útil estimada em anos	Consolidado			
		2015			2014
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Licenças de outorga (1)	6,15 e 20	11.068.733	(9.357.225)	1.711.508	1.926.811
Direito de uso de software	5	3.919.654	(2.674.519)	1.245.135	910.852
Ágio	-	3.483.961	(173.164)	3.310.797	3.429.674
Direito de uso de circuitos	5,12,15,20 e 30	1.236.225	(365.822)	870.403	480.516
Fundo de comércio	1	91.207	(87.493)	3.714	4.946
Outros ativos intangíveis	5,10 e 20	123.198	(94.956)	28.242	68.110
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	3,7 – 6,7 e 10,75	1.693.416	(839.864)	853.552	833.817
Ajuste ao valor de realização (<i>Impairment</i>)		(163.234)	163.234	-	(256)
Intangível em andamento (2)	-	3.209.053	-	3.209.053	2.928.066
		24.662.213	(13.429.809)	11.232.404	10.582.536

- (1) As licenças de outorga de frequência referem-se ao direito de exploração do serviço móvel celular. O prazo para a exploração é de 15 anos renovável por igual período, a título oneroso e mediante o cumprimento das condições da outorga, sujeita à fiscalização da ANATEL e subordinadas às normas que regulamentam a exploração do Serviço Móvel Pessoal.
- (2) No leilão para venda das faixas de frequência de 700 MHz nacionais, realizado pela ANATEL em 30 de setembro de 2014, a Claro foi a vencedora em um dos lotes ofertados. Em 8 de dezembro de 2014, foi publicado no DOU o extrato do Termo de Autorização assinado junto à ANATEL. O valor total desta licença foi de R\$2.808.731, registrado na linha de intangível em andamento em 31 de dezembro de 2014, sendo: R\$1.739.118 referente ao valor total da licença de 700 MHz, pago na data da assinatura do Termo de Autorização; e R\$1.069.613 (transação sem efeito caixa, ajustado a valor presente), referente à parcela de responsabilidade da Claro decorrente do contrato assinado junto à ANATEL, onde as operadoras vencedoras deste leilão tem que constituir em até 90 dias, a Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV ("EAD"), a qual será responsável pela operacionalização de forma isonômica de todos os procedimentos de redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação. Os recursos para estes procedimentos deverão ser repassados pelas operadoras em 4 parcelas anuais corrigidas pelo IGP-DI, sendo que a parcela referente ao pagamento de 31 de janeiro de 2016 foi postergada por 12 meses, conforme Aditivo ao Termo assinado em 15 de fevereiro de 2016. Os montantes do Termo de Autorização, descritos acima, serão amortizados pelos prazos remanescentes da licença estipulados no Termo de Autorização. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram capitalizados juros no montante de R\$96.209.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

b) Movimentação

	Controladora						Carteira de clientes/ contrato de uso da marca/outras licenças	Ajuste a valor de realização <i>Impairment</i>	Intangível em andamento	Total
	Licenças de outorga	Direito de uso de software	Ágio	Direito de uso de circuitos	Fundo de comércio	Outros ativos intangíveis				
Custo										
Saldos em 31/12/2013	10.582.187	405.604	-	36.759	85.191	15.795	-	-	2.239	11.127.775
Adições	257.187	32.602	388.370	-	-	15	-	-	2.811.323	3.489.497
Baixas	-	-	-	-	(92)	-	-	-	-	(92)
Transferências	-	26.562	-	-	5.889	-	-	-	-	32.451
Efeitos da incorporação (Nota 1)	43.767	2.776.605	3.327.157	742.845	-	90.002	1.416.595	(157.725)	99.037	8.338.283
Saldos em 31/12/2014	10.883.141	3.241.373	3.715.527	779.604	90.988	105.812	1.416.595	(157.725)	2.912.599	22.987.914
Adições	77.962	343.581	-	-	-	-	131	-	640.612	1.062.286
Baixas	(7.256)	-	-	(379)	-	-	-	-	-	(7.635)
Transferências (1)	14.547	110.327	(273.625)	445.383	219	1.043	272.582	-	(361.441)	209.035
Saldos em 31/12/2015	10.968.394	3.695.281	3.441.902	1.224.608	91.207	106.855	1.689.308	(157.725)	3.191.770	24.251.600
Amortização										
Saldos em 31/12/2013	(8.668.721)	(364.960)	-	(9.677)	(80.523)	(3.639)	-	-	-	(9.127.520)
Adições	(339.490)	(17.979)	(111.646)	(2.512)	(5.519)	(4.419)	-	-	-	(481.565)
Transferências	-	(2.228)	-	-	-	-	-	-	-	(2.228)
Efeitos da incorporação (Nota 1)	(19.421)	(1.970.122)	(174.207)	(287.674)	-	(74.212)	(582.778)	157.725	-	(2.950.689)
Saldos em 31/12/2014	(9.027.632)	(2.355.289)	(285.853)	(299.863)	(86.042)	(82.270)	(582.778)	157.725	-	(12.562.002)
Adições	(293.889)	(148.770)	-	(53.122)	(1.451)	(6.820)	(145.109)	-	-	(649.161)
Baixa	-	-	-	380	-	-	-	-	-	380
Transferências (1)	-	1	112.689	-	-	(1.001)	(111.688)	-	-	1
Saldos em 31/12/2015	(9.321.521)	(2.504.058)	(173.164)	(352.605)	(87.493)	(90.091)	(839.575)	157.725	-	(13.210.782)
Saldos líquidos em 31/12/2013	1.913.466	40.644	-	27.082	4.668	12.156	-	-	2.239	2.000.255
Saldos líquidos em 31/12/2014	1.855.509	886.084	3.429.674	479.741	4.946	23.542	833.817	-	2.912.599	10.425.912
Saldos líquidos em 31/12/2015	1.646.873	1.191.223	3.268.738	872.003	3.714	16.764	849.733	-	3.191.770	11.040.818

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

	Consolidado									
	Licenças de outorga	Direito de uso de software	Ágio	Direito de uso de circuitos	Fundo de comércio	Outros ativos intangíveis	Carteira de clientes/ Contrato de uso da marca/outras licenças	Ajuste a valor de realização <i>Impairment</i>	Intangível em andamento	Total
Custo										
Saldos em 31/12/2013	10.582.196	406.095	-	36.759	85.191	15.795	-	-	2.240	11.128.276
Adições	257.188	32.835	44.666	-	-	15	-	-	2.818.648	3.153.352
Baixas	-	-	-	-	(92)	-	-	-	-	(92)
Transferências	-	26.798	-	-	5.889	-	-	-	(6.271)	26.416
Mudança de Participação - Americel	(9)	(961)	-	-	-	-	-	-	-	(970)
Efeitos da incorporação (Nota 1)	144.106	2.962.200	3.670.861	754.462	-	136.177	1.416.595	(163.234)	113.449	9.034.616
Saldos em 31/12/2014	10.983.481	3.426.967	3.715.527	791.221	90.988	151.987	1.416.595	(163.234)	2.928.066	23.341.598
Adições	77.962	343.963	1.459	-	-	507	131	-	662.613	1.086.635
Baixas	(7.257)	(46)	-	(379)	-	(128)	-	-	-	(7.810)
Transferências (1)	14.547	148.770	(233.025)	445.383	219	(29.168)	276.690	-	(381.626)	241.790
Saldos em 31/12/2015	11.068.733	3.919.654	3.483.961	1.236.225	91.207	123.198	1.693.416	(163.234)	3.209.053	24.662.213
Amortização										
Saldos em 31/12/2013	(8.668.722)	(365.070)	-	(9.677)	(80.523)	(3.639)	-	-	-	(9.127.631)
Adições	(339.489)	(18.116)	-	(2.512)	(5.519)	(4.489)	-	-	-	(370.125)
Transferências	-	(2.228)	-	-	-	-	-	-	-	(2.228)
Mudança de Participação - Americel	1	223	-	-	-	-	-	-	-	224
Efeitos da incorporação (Nota 1)	(48.460)	(2.130.924)	(285.853)	(298.516)	-	(75.749)	(582.778)	162.978	-	(3.259.302)
Saldos em 31/12/2014	(9.056.670)	(2.516.115)	(285.853)	(310.705)	(86.042)	(83.877)	(582.778)	162.978	-	(12.759.062)
Adições	(300.555)	(159.723)	-	(54.140)	(1.451)	(8.874)	(145.397)	256	-	(669.884)
Baixa	-	(57)	-	399	-	(1.204)	-	-	-	(862)
Transferências (1)	-	-	112.689	-	-	(1.001)	(111.689)	-	-	(1)
Saldos em 31/12/2015	(9.357.225)	(2.675.895)	(173.164)	(364.446)	(87.493)	(94.956)	(839.864)	163.234	-	(13.429.809)
Saldos líquidos em 31/12/2013	1.913.474	41.025	-	27.082	4.668	12.156	-	-	2.240	2.000.645
Saldos líquidos em 31/12/2014	1.926.811	910.852	3.429.674	480.516	4.946	68.110	833.817	(256)	2.928.066	10.582.536
Saldos líquidos em 31/12/2015	1.711.508	1.243.759	3.310.797	871.779	3.714	28.242	853.552	-	3.209.053	11.232.404

1) Representam transferências do intangível em andamento para operação bem como do imobilizado para o intangível.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Nacionais	7.139.945	6.974.241	7.212.620	7.227.330
Internacionais	266.173	378.883	534.884	378.883
Interconexão e <i>roaming</i>	23.860	170.939	23.860	170.939
<i>Cobilling</i>	29.873	32.406	30.790	32.406
	7.459.851	7.556.469	7.802.154	7.809.558
Circulante	6.980.206	6.717.091	7.322.509	6.970.180
Não circulante	479.645	839.378	479.645	839.378

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora					
	2015			2014		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Debêntures (a)	1.064.477	2.550.000	3.614.477	91.744	3.499.593	3.591.337
Finame (b)	357.592	250.581	608.173	344.223	456.008	800.231
	1.422.069	2.800.581	4.222.650	435.967	3.955.601	4.391.568
Moeda estrangeira						
Global Notes (c)	-	-	-	33.251	989.240	1.022.491
				33.251	989.240	1.022.491
Total da dívida	1.422.069	2.800.581	4.222.650	469.218	4.944.841	5.414.059
	Consolidado					
	2015			2014		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Debêntures (a)	1.848.195	2.484.308	4.332.503	88.127	3.920.070	4.008.197
Finame (b)	357.592	250.580	608.172	344.223	456.008	800.231
	2.205.787	2.734.888	4.940.675	432.350	4.376.078	4.808.428
Moeda estrangeira						
Global Notes (c)	-	-	-	33.251	989.240	1.022.491
				33.251	989.240	1.022.491
Total da dívida	2.205.787	2.734.888	4.940.675	465.601	5.365.318	5.830.919

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Os empréstimos, financiamentos e debêntures contratados são para cobertura das necessidades operacionais das controladas. Em 31 de dezembro de 2015, a posição de endividamento, consolidada, era:

	Controladora		
	Montante	%	Custo médio da dívida
Em moeda nacional			
Circulante	1.422.069	33,7	87,8% CDI
Não circulante	2.800.581	66,3	104,7% CDI
Total da dívida	4.222.650	100,0	

	Consolidado		
	Montante	%	Custo médio da dívida
Em moeda nacional			
Circulante	2.205.787	44,6	87,8% CDI
Não circulante	2.734.888	55,4	104,7% CDI
Total da dívida	4.940.675	100,0	

a) Debêntures

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de debêntures emitidas pela então incorporada Embratel, era de:

- (i) Saldo de 9.500 debêntures quirografárias, emitidas em 25 de março de 2014, não conversíveis em ações, com prazo de vencimento de 2 anos, remuneradas a 107% da taxa DI e pagamento anual de juros.
- (ii) Saldo de 4.000 debêntures quirografárias, emitidas em 30 de setembro de 2013, não conversíveis em ações, com prazo de vencimento de 5 anos, remuneradas a CDI mais 1,05% a.a. e pagamento mensal de juros.
- (iii) Saldo de 2.150 debêntures quirografárias, emitidas em 21 de setembro de 2012, não conversíveis em ações, com prazo de vencimento de 5 anos, remuneradas a CDI mais 1% a.a. e pagamento mensal de juros.

Em 25 de junho de 2014, a controlada Star One emitiu debêntures quirografárias, não conversíveis em ações, com prazo de vencimento de 2 anos, remuneradas a 107% do CDI e com pagamento de juros no vencimento final.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Em 29 de julho de 2014, foram subscritas mais 2.100 debêntures, da primeira emissão da controlada Star One, totalizando R\$210.000.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação e também não possuem qualquer forma de garantia ao credor.

b) Finame

Refere-se ao financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (“BNDES”) visando à expansão e modernização da rede de serviços.

Para todas as liberações de Finame, o prazo para amortização do valor de principal é de 36 meses com carência de 2 anos e as taxas de juros obtidas foram de 3%, 3,5%, 6% e 9,5% a.a..

Nas operações de Finame, os próprios equipamentos financiados se constituem em garantias fiduciárias.

c) Global Notes 2020

Em 25 de março de 2015, a Claro liquidou antecipadamente os títulos Global Notes 2020 (vencimento 27 de janeiro de 2020 e juros nominais de 7,50% *Guaranteed Notes*) no montante de US\$350,000,000.00 de principal.

O desembolso de caixa foi de R\$1.090.950 para o pagamento de principal e R\$62.653 para o pagamento de juros, líquido do prêmio por conta do pré-pagamento.

Para realização deste pagamento foi contratado mútuo com a parte relacionada Amov Finance no montante de R\$1.153.603, com juros semestrais, taxa fixa de 13,50% a.a. e vencimento em 25 de março de 2018.

d) Compromissos financeiros e não financeiros

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia e suas controladas estão em cumprimento com as cláusulas de compromissos não financeiros apresentadas em seus contratos de e financiamentos e debêntures. Não há compromissos financeiros.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

14. Obrigações fiscais e tributos diferidos, líquidos

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Obrigações fiscais, líquidas				
FUST/FUNTEL /FISTEL	189.750	193.947	190.435	194.683
ICMS (1) (3)	-	411.001	4.752	426.633
PIS, COFINS, IRRF, IRPJ e CSLL (2)	10.869	141.527	15.949	147.180
Outros (3)	18.021	56.860	22.767	63.618
Total	218.640	803.335	233.903	832.114
Circulante	73.917	784.682	88.783	812.994
Não circulante	144.723	18.653	145.120	19.120
Tributos diferidos, líquidos (4)				
Depreciação diferida dos satélites (5)			86.928	37.216
Juros capitalizados (6)			74.745	29.776
Outras diferenças temporárias			(11.185)	(4.033)
			150.488	62.959

- (1) Em setembro de 2015, a Claro aderiu ao programa especial para pagamento de dívidas tributárias no Estado do Rio de Janeiro instituído pela lei 7.020/2015 e Decreto 45.285/2015. Os débitos tributários foram pagos integralmente à vista no valor de R\$204.354, sendo R\$200.879 pagos ao Estado e R\$3.475 pagos à Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, a título de honorários de sucumbência, após a redução de 60% dos juros e 100% da multa, conforme previsto nas referidas legislações tributárias.
- (2) A Companhia optou por incluir no parcelamento especial, previsto na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, débitos federais e previdenciários referentes aos tributos IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Em agosto de 2014 a Claro aderiu ao programa especial para pagamento de dívidas tributárias federais instituído pelas leis 11.941/2009 e 12.865/2013. Em setembro de 2015 a Receita Federal do Brasil disponibilizou o sistema para consolidação dos débitos neste programa (Refis da Copa). Quando da consolidação, identificou-se divergência entre os valores inicialmente calculados e aqueles apresentados pela Receita Federal do Brasil. A controlada realizou a regularização, resultando em pagamento a vista de R\$8.400 e utilização de Prejuízos Fiscais para compensação de Juros após reduções conforme previsto nas referidas legislações tributárias no montante total de R\$29.538.
- (3) Em dezembro de 2015 a Companhia pagou débitos relativos aos autos de infração do município de Curitiba com benefícios instituídos pela Lei complementar 95/2015, com 80% de multa e 90% de juros; débitos oriundos do Estado do RS, com os benefícios instituídos pelo Decreto nº 52.532/2015, o qual concedia 65% de redução de multa e 40% de redução de juros; débitos dos Estado do RN com benefícios instituídos pelo Decreto 25.650/2015 com redução de 95% de multa e 80% de juros; débitos do Estado da BA pagos com benefícios instituídos pela Lei 13.449/2015 com 85% de redução de juros e multa e débitos quitados no Estado de SP com benefícios instituídos pelo Decreto 61.625/2015 com redução de 75% de multa e 60% de juros. Os débitos totalizavam R\$38.265, com o benefício oferecido pelos Estados e Municípios o pago foi de R\$20.169.
- (4) Saldo de tributos diferidos passivos da controlada Star One, apresentado líquido do tributo diferido ativo.
- (5) Em 2015 foi iniciada a depreciação por turno para fins fiscais.
- (6) O aumento em 2015 decorre de investimentos nos satélites D1 e C4 e da variação cambial.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

15. Provisões

a) Composição

Natureza	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Contingências				
Tributárias	3.932.346	3.134.171	3.943.859	3.146.733
Regulatórias, cíveis e ambientais	1.167.034	1.131.270	1.179.989	1.142.948
Trabalhistas e previdenciárias	406.140	379.689	415.043	389.520
	5.505.520	4.645.130	5.538.891	4.679.201
Provisão para desmantelamento de ativos	609.737	530.016	609.737	530.016
Participação de empregados no resultado	370.129	341.495	384.066	352.525
Provisão para perdas com investimentos	22.068	20.426	-	-
Total de provisões	6.507.454	5.537.067	6.532.694	5.561.742
Circulante	438.870	420.493	452.845	431.539
Não circulante	6.068.584	5.116.574	6.079.849	5.130.203

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

15.1. Contingências

A movimentação dos saldos de contingências prováveis na controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Cíveis:			Total
Tributárias	Consumidor e regulatório	Trabalhistas e previdenciárias		
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.016.081	696.517	94.508	2.807.106
Efeitos da incorporação (Nota 1)	832.050	386.371	243.633	1.462.054
Adições / transferências	323.766	109.903	115.236	548.905
Baixas/reversões	(205.664)	(81.877)	(73.688)	(361.229)
Atualização monetária	167.938	20.356	-	188.294
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.134.171	1.131.270	379.689	4.645.130
Adições / transferências	540.570	172.141	138.712	851.423
Baixas/reversões	(71.969)	(181.730)	(112.579)	(366.278)
Atualização monetária	329.574	45.353	318	375.245
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.932.346	1.167.034	406.140	5.505.520

	Consolidado			
	Cíveis:			Total
Tributárias	Consumidor e regulatório	Trabalhistas e previdenciárias		
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.256.918	710.299	96.489	3.063.706
Baixa de investimento (Nota 18)	(250.053)	(13.782)	(1.981)	(265.816)
Efeitos da incorporação (Nota 1)	844.612	398.049	253.464	1.496.125
Adições / transferências	327.519	109.903	115.236	552.658
Baixas/reversões	(213.389)	(81.877)	(73.688)	(368.954)
Atualização monetária	181.126	20.356	-	201.482
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.146.733	1.142.948	389.520	4.679.201
Adições / transferências	540.910	172.215	140.814	853.939
Baixas/reversões	(73.631)	(181.752)	(115.609)	(370.992)
Atualização monetária	329.847	46.578	318	376.743
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.943.859	1.179.989	415.043	5.538.891

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza tributária, cível, regulatória e trabalhista. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas. As demandas judiciais são como segue:

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

15.1.1 Contingências fiscais

Segue abaixo descrição das principais contingências tributárias da Companhia e suas controladas:

a) ICMS

A Claro e as suas controladas Star One, PMS, e TdB possuem contingências fiscais de ICMS no valor de R\$7.364.118 (R\$7.238.899, em 31 de dezembro de 2014), do qual foi provisionado o valor de R\$483.324 (R\$420.601 em 31 de dezembro de 2014). Dentre as contingências de ICMS, destacamos:

A controlada Star One possui autuações fiscais para exigência de ICMS principalmente sobre a cessão de capacidade satelital. Em 31 de dezembro de 2015, essas causas montam a R\$2.841.546 (R\$2.548.250 em 31 de dezembro de 2014), as quais foram avaliadas como possíveis de perda pela Administração e seus consultores jurídicos.

A Claro possui também autuações fiscais de ICMS, em razão da declaração de inconstitucionalidade de determinados benefícios concedidos pelos Estados em desacordo com a Lei Complementar nº 24/75. O valor dessas contingências é de R\$375.448 em 31 de dezembro de 2015 (R\$344.951 em 31 de dezembro de 2014) e a probabilidade de perda dessas causas é classificada como possível pela Administração e seus consultores jurídicos da Companhia.

A Claro possui contingências fiscais, oriundas da incorporada NET, referente a exigência de ICMS, pelos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, em razão da não tributação das receitas decorrentes da locação de equipamentos, no valor de R\$477.037 em 31 de dezembro de 2015 (R\$747.441 em 31 de dezembro de 2014), do qual foi provisionado o valor de R\$271.074, relativo ao auto de infração lavrado pelo estado do Rio de Janeiro (R\$265.252 em 31 de dezembro de 2014). O valor remanescente é avaliado pela administração e seus consultores como possível de perda.

A controlada PMS possui autuação fiscal no valor atualizado de R\$667.942 em 31 de dezembro de 2015 (R\$624.919 em 31 de dezembro de 2014), referente ao ICMS sobre determinadas atividades, entendidas como não integrantes dos serviços de comunicação de dados. A probabilidade de perda desta causa é classificada como possível pela Administração e seus consultores jurídicos.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

A Claro possui ainda autuações fiscais decorrentes de crédito indevido de ICMS incidente sobre a energia elétrica utilizada como insumo em seus estabelecimentos operacionais, no valor de R\$405.196 em 31 de dezembro de 2015 (R\$333.386 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$395.700 em 31 de dezembro de 2015 (R\$324.537 em 31 de dezembro de 2014) são classificados como possíveis de perda por seus consultores jurídicos e R\$9.496 em 31 de dezembro de 2015 (R\$8.849 em 31 de dezembro de 2014) como prováveis de perda.

b) CSLL/IRPJ/Multa por não entrega de arquivos fiscais (IN 86/01)

Em 31 de dezembro de 2015, a Claro e a sua controlada Star One possuem contingências fiscais de IRPJ e CSLL, no valor de R\$3.092.710 (R\$2.860.899 em 31 de dezembro de 2014), do qual foi provisionado o valor de R\$484.936 (R\$343.227 em 31 de dezembro de 2014). Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos:

A Claro possui exigência fiscal, oriunda da incorporada Embratel, relativa ao IRPJ e CSLL sobre as receitas decorrentes do tráfego entrante, no valor de R\$262.278 (R\$250.664 em 31 de dezembro de 2014), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como provável, tendo sido constituída provisão pelo valor integral.

A Claro possui contingência fiscal referente a exigência de IRPJ e a CSLL resultantes da amortização supostamente indevida do ágio pago em aquisições de investimentos, no montante de R\$1.651.416 em 31 de dezembro de 2015 (R\$1.582.509 em 31 de dezembro de 2014). A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda dessa causa.

A Claro possui contingência, oriunda da incorporada Embratel, decorrente de multa pela não entrega de arquivos magnéticos nos formatos previstos na Instrução Normativa nº 86/2001, no valor de R\$344.460 em 31 de dezembro de 2015 (R\$320.013 em 31 de dezembro de 2014). A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda desta causa.

c) IRRF/CIDE

A Claro e as suas controladas, Star One e TdB possuem autuações fiscais de IRRF e CIDE no valor de R\$453.183 em 31 de dezembro de 2015

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

(R\$383.207 em 31 de dezembro de 2014), decorrentes, dentre outros, do suposto recolhimento a menor destes tributos sobre remessas efetuadas a operadoras estrangeiras a título de remuneração pelo completamento de chamadas internacionais no exterior (tráfego sainte). Deste montante, R\$11.441 em 31 de dezembro de 2015 (R\$10.764 em 31 de dezembro de 2014) são classificados como perdas prováveis e R\$441.742 em 31 de dezembro de 2015 (R\$378.168 em 31 de dezembro de 2014) são classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como perdas possíveis.

d) PIS/COFINS

A Claro e as suas controladas TdB e BrasilCenter possuem autuações de PIS e COFINS no valor de R\$3.861.544 em 31 de dezembro de 2015 (R\$3.158.575 em 31 de dezembro de 2014), do qual foi provisionado o valor de R\$2.346.238 (R\$1.775.040 em 31 de dezembro de 2014). Dentre as contingências de PIS e COFINS, destacamos:

A Claro possui contingências de PIS e COFINS que estão relacionadas principalmente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e receita de interconexão da base de cálculo do PIS e da COFINS, no valor de R\$2.322.355 em 31 de dezembro de 2015 (R\$1.752.749 em 31 de dezembro de 2014), tendo sido constituída provisão no valor integral da contingência.

A Claro possui ainda contingências fiscais relacionadas à glosas de créditos de PIS e COFINS apurados no regime não cumulativo, no valor de R\$1.008.384 em 31 de dezembro de 2015 (R\$931.088 em 31 de dezembro de 2014). Os consultores jurídicos da Companhia avaliam como possível a probabilidade de perda dessa causa.

e) FUST/FUNTTTEL

A Claro e as suas controladas PMS, TdB e Star One possuem autuações da ANATEL relativas à exigência de FUST no valor de R\$2.267.409 atualizados em 31 de dezembro de 2015 (R\$2.016.092 em 31 de dezembro de 2014), principalmente em razão da exclusão de receitas e custos de interconexão da base de cálculo do FUST. A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda dessas causas.

A Claro e as suas controladas, PMS, TdB e Star One possuem ainda autuações fiscais do Ministério das Comunicações exigindo o recolhimento

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

do FUNTTEL no valor de R\$751.673 em 31 de dezembro de 2015 (R\$642.440 em 31 de dezembro de 2014), principalmente em razão da exclusão de receitas e custos de interconexão da base de cálculo do FUNTTEL. A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda dessas causas.

f) Saldo negativo de IRPJ e Base Negativa de CSLL

A Claro e as suas controladas Star One, PMS e TdB possuem contingências decorrentes de glosas de compensações de débitos de diversos tributos federais com créditos de Saldo Negativo de IRPJ e Base Negativa de CSLL, no valor de R\$284.785 em 31 de dezembro de 2015 (R\$241.034 em 31 de dezembro de 2014), tendo sido constituída provisão no montante de R\$117 em 31 de dezembro de 2015 e 2014).

g) ISS

A Claro e sua controlada BrasilCenter possuem contingências de ISS substancialmente decorrentes do não recolhimento do ISS sobre diversos serviços de telecomunicações, inclusive serviços de TV por assinatura, considerados pela fiscalização como tributáveis pelo ISS. Em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$6.538 (R\$3.395 em 31 de dezembro de 2014) foi provisionado e R\$1.359.490 (R\$955.392 em 31 de dezembro de 2014) são classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis de perda.

h) Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública - EBC

A Claro possui contingência relacionada à exigência da contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública no valor de R\$575.187 em 31 de dezembro de 2015 (R\$427.365 em 31 de dezembro de 2014), do qual foi provisionado o valor de R\$563.866 (R\$417.940 em 31 de dezembro de 2014).

i) Taxa de Fiscalização e Instalação ("TFI")

A Claro possui contingência referente ao não recolhimento da TFI supostamente devida em razão das renovações das licenças de direito de uso de radiofrequências no valor de R\$1.619.856 em 31 de dezembro de 2015 (R\$1.486.586 em 31 de dezembro de 2014). A Administração e seus consultores jurídicos da Companhia avaliam como possível a probabilidade de perda.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

j) Outras contingências tributárias

A Claro e a controlada Reyc possuem contingências fiscais de IOF, em razão do não pagamento do referido imposto sobre operações de conta corrente mercantil entre empresas do mesmo grupo, provisionados no valor de R\$23.637, em 31 de dezembro de 2015 (R\$63.938 em 31 de dezembro de 2014).

A Claro e as suas controladas TdB e Star One possuem outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo CPMF, ITR, IPI, IOF, II, CSRF, Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, Contribuições para o Senai e para o FGTS, multas na importação de mercadorias e outros, no valor de R\$178.991 em 31 de dezembro de 2015 (R\$195.091 no consolidado em 31 de dezembro de 2014). Foi constituída provisão no valor de R\$23.403 nas controladas em 31 de dezembro de 2015 (R\$27.392 em 31 de dezembro de 2014).

15.1.2 Contingências regulatórias, cíveis, ambientais, trabalhistas e previdenciárias

Incluem diversas demandas cíveis, ambientais e trabalhistas, tendo sido contabilizada provisão conforme demonstrada anteriormente, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos.

Em relação às demandas regulatórias, no consolidado, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$2.280.988, sendo R\$905.455 provável e R\$1.375.533 possível (R\$738.544 provável e R\$1.145.828 possível, em 31 de dezembro de 2014). Para as demandas cíveis, em 31 de dezembro de 2015, foi de R\$969.611, sendo R\$269.474 provável e R\$700.137 possível (R\$202.163 provável e R\$829.393 possível em 31 de dezembro de 2014), para as demandas ambientais foi de R\$54.474, R\$5.075 no provável e R\$49.399 no possível (R\$8.170 provável e R\$33.032 possível, em 31 de dezembro de 2014) e para as demandas trabalhistas foi de R\$1.622.206, sendo R\$415.003 provável e R\$1.207.163 possível (R\$391.501 no provável e R\$1.509.057 no possível, em 31 de dezembro de 2014).

Em agosto de 2015, decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) afastou o uso da Taxa Referencial Diária (TRD) e determinou a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), o que acarretaria, conforme avaliação de especialistas, um aumento

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

aproximado de 40% dos valores contingenciados. No entanto, em decisão datada em 14 de outubro de 2015, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), motivo pelo qual as correções monetárias continuam sendo realizadas com base na Taxa Referencial Diária (TRD).

A Claro e as suas controladas, PMS, BrasilCenter e Star One possuem contingências referentes à exigência de contribuições previdenciárias, no período de 1996 a 2013, no valor atualizado de R\$159.782 em 31 de dezembro de 2015 (R\$72.693 em 31 de dezembro de 2014), das quais R\$344 foram classificadas como perda provável (R\$339 em 31 de dezembro de 2014) e R\$159.438 (R\$72.354 em 31 de dezembro de 2014) foram classificadas como perda possível pela Administração e seus consultores jurídicos.

15.1.2.1. Regulatórias

a) ANATEL - Encargos financeiros sobre o preço de outorgas

a.1) *Correção monetária*

Referem-se aos valores atualizados correspondentes à divergência entre os resultados obtidos pela ANATEL e pela Companhia na aplicação de correção monetária sobre os pagamentos das parcelas de algumas outorgas adquiridas, os quais estão sendo discutidos judicialmente. A Companhia calculou o montante da diferença com base em um método e indicadores específicos. Se forem utilizados outros métodos ou indicadores, o valor da indenização pode aumentar. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia constituiu provisão de R\$620.080 (R\$596.431 em 31 de dezembro de 2014) com risco provável.

a.2) *MMDS*

Em 16 de outubro de 2012, a Claro venceu a licitação pública 004/2012/PVC/SPV da ANATEL, adquirindo algumas subfaixas do espectro de rádio MMDS. O edital estabelecia a obrigação dos adquirentes de buscar acordos com as empresas de MMDS para os custos de substituição ou remanejamento para desocupação das subfaixas, nos termos do art. 12, da Resolução nº 544, de 11 de agosto de 2010.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Devido à impossibilidade de acordo com as empresas de MMDS, a Claro e outras empresas buscaram a ANATEL para mediar este conflito. A ANATEL fixou o montante de R\$104.674, para pagamento até dia 21 de julho de 2013. Em caso de atraso no pagamento, seriam acrescidos valores decorrentes da incidência de juros de 1% ao mês, sem prejuízo das sanções aplicáveis em decorrência da correção monetária pelo IGP-DI.

Em julho de 2013 a Claro entrou com ação judicial em desfavor da ANATEL e empresas de MMDS, por entender ilegal o ato da ANATEL, a fim de obter uma decisão judicial com a definição dos custos de substituição e remanejamento. Foi concedida a liminar para suspender a exigibilidade do ato da ANATEL em questão, que posteriormente foi revertida pelo Tribunal, que considerou o ato da ANATEL legal. Por esta razão em 06 de janeiro de 2014 a Claro efetuou o depósito judicial de R\$107.957, a fim de prosseguir com as discussões. A Claro apelou de tal decisão, que está pendente de julgamento. A Administração e seus consultores jurídicos avaliaram, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, como perda possível.

b) Pagamento do ônus pela prorrogação do contrato de concessão do STFC

Os Contratos de Concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Longa Distância Nacional e Internacional, preveem o pagamento, a cada biênio, de ônus correspondente a 2% (dois por cento) da receita auferida pela Claro, nos termos dos contratos, durante o período de prorrogação.

Em decorrência de divergências com relação à definição da base de cálculo das receitas sobre as quais devem ser calculados os referidos pagamentos, a Claro possui contingências decorrentes de disputas judiciais tendo a Administração e seus consultores jurídicos avaliado, em 31 de dezembro de 2015, R\$15.579 como perda provável (R\$8 em 31 de dezembro de 2014) e R\$95.016 como perda possível (R\$77.174 em 31 de dezembro de 2014).

c) Pagamento do ônus pela prorrogação do direito de uso de radiofrequências associadas à autorização do SMP

Os termos de autorização para uso das radiofrequências associadas ao serviço móvel pessoal (SMP) preveem o pagamento, a cada biênio, de

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

ônus correspondente a 2% (dois por cento) da receita auferida pela Claro, nos termos dos respectivos termos de autorização, durante o período de prorrogação.

Em decorrência de divergências com relação à definição da base de cálculo das receitas sobre as quais devem ser calculados os referidos pagamentos, a Claro possui contingências decorrentes de disputas judiciais e administrativas tendo a Administração e seus consultores jurídicos avaliado, em 31 de dezembro de 2015, R\$184.155 (R\$46.888 em 31 de dezembro de 2014) como perda provável.

d) Implantação do novo sistema nacional de numeração telefônica

Em decorrência dos transtornos causados aos usuários do sistema de telefonia, ocorridos no âmbito das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações em 3 de julho de 1999, data da implantação do novo sistema nacional de numeração telefônica, a Claro possui contingências decorrentes de disputas judiciais no valor de R\$1.682 em 31 de dezembro de 2015 (R\$159.934 em 31 de dezembro de 2014), avaliadas pela Administração e seus consultores jurídicos como perda possível.

e) Processos Administrativos ou Judiciais por Descumprimento de Obrigações (PADO's)

Em decorrência do descumprimento de metas estabelecidas pela ANATEL, a agência instaurou processos administrativos, resultando em multas que estão sendo questionadas administrativa e judicialmente, tendo a Administração e seus consultores jurídicos avaliado em 31 de dezembro de 2015 o valor de R\$85.641 como perda provável e R\$953.296 como perda possível (R\$87.011 como perda provável e R\$800.763 como perda possível em 31 de dezembro de 2014)

f) Obrigações de Fazer referente ao Pado 2042/2010 (Bens Reversíveis)

No segundo semestre de 2015, a ANATEL aplicou multa de R\$9.840, classificada como possível pela Administração e seus consultores jurídicos, e fixou 3 obrigações de fazer para a Claro:

- Obrigação de depositar o valor de R\$869.528 em conta vinculada, até a definitiva aplicação dos recursos na concessão ou, no caso de ter havido substituição dos bens alienados, a diferença entre o preço de alienação e o valor da aquisição, no prazo de 180 dias contatos a partir

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

da intimação da decisão. Este valor representa, na visão da ANATEL, os valores dos bens que, ano após ano, foram sendo retirados das listas de patrimônio que foram sendo sucessivamente informadas à ANATEL, a cada ano, sem justificativa para as supostas baixas.

- Obrigação de incluir, mediante aditamento específico, em todos os instrumentos firmados após o início da vigência do Regulamento de Bens Reversíveis que ainda estiverem vigentes, as cláusulas obrigatórias, conforme o caso, de indispensabilidade, de sub-rogação e de não oneração, no mesmo prazo de 180 dias;
- Obrigação de requerer, nas ações judiciais que estiverem em curso, a substituição de todos os bens reversíveis (imóveis ou não) onerados por determinação judicial, no prazo de 30 dias. A LGT e a regulamentação exigem que a oneração seja antecedida por anuência da ANATEL.

Tais decisões são objeto de recurso interposto na ANATEL, com requerimento de efeito suspensivo.

15.1.2.2. Cíveis

a) Decreto (SAC)

Em 27 de julho de 2009, foi movida uma ação civil coletiva ajuizada pelo Ministério Público Federal e outros, em face da Claro, pleiteando indenização por danos morais coletivos, por alegado descumprimento de normas de proteção ao consumidor (art. 82, I e III da Lei 8.078/90), no que diz respeito às regras que disciplinam o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) por telefone, regulamentado pelo Decreto 6.523/08. O valor envolvido é de R\$301.350 como perda possível. Em setembro de 2013, a Claro foi condenada ao pagamento de R\$30.000, a título de danos morais coletivos. A controlada, junto de seus assessores jurídicos, apresentou recurso em 16 de outubro de 2013, pendente de julgamento. A Administração e seus consultores jurídicos avaliou, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, como perda possível.

b) Disputa com terceiros

A Companhia possui contingências decorrentes de disputas judiciais com terceiros, tendo a Administração destas controladas e seus consultores jurídicos, avaliado em 31 de dezembro de 2015 R\$214.426 na controladora

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

e R\$227.343 no consolidado como perda provável (R\$188.181 na controladora e R\$199.844 em 31 de dezembro de 2014), e em 31 de dezembro de 2015, R\$680.737 na controladora e R\$700.137 no consolidado como perda possível (R\$496.545 na controladora e R\$497.326 no consolidado em 31 de dezembro de 2014).

15.2 Provisão para desmantelamento de ativos

A Companhia mantém registrada provisão para obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos pelo seu valor presente, que consiste na capitalização dos custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros. A depreciação dos valores ativados é calculada com base na vida útil dos ativos. Esta capitalização tem como contrapartida uma provisão das obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos, descontada a valor presente de modo a refletir a melhor estimativa corrente.

Em 31 de dezembro de 2015, o montante registrado no ativo imobilizado na rubrica de infraestrutura, líquido da depreciação correspondente foi de R\$282.464 (R\$232.920 em 31 de dezembro de 2014). E o montante de R\$609.737 a crédito no passivo, na rubrica de outros passivos no não circulante (R\$530.016 em 31 de dezembro de 2014).

Em 31 de dezembro de 2015, as obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos foram registradas pelo seu valor presente. As taxas de descontos utilizadas refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos da Companhia. A taxa de desconto foi estimada com base na Selic, sendo 14,25% em 31 de dezembro de 2015 (11,75% em 31 de dezembro de 2014).

A movimentação da provisão para desmantelamento de ativos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Saldo inicial	530.016	414.492	530.016	483.212
Adição/atualização monetária	83.194	118.498	83.194	118.498
Baixa	(3.473)	(2.974)	(3.473)	(2.974)
Baixa de investimento (Nota 18)	-	-	-	(68.720)
Total	609.737	530.016	609.737	530.016

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

16. Transações com partes relacionadas

16.1. Condições gerais

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e seus principais saldos e valores estão descritos abaixo.

Certas transações (*cobilling*, longa distância, venda de equipamentos, *fees* referentes aos serviços prestados de consultoria de assistência técnica, administrativa e de vendas conforme contrato de prestação de serviços, taxa cobrada pelo uso da marca “Claro” e outros), por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Conforme descrito na Nota 17, a Claro e suas controladas Star One, PMS e TdB são patrocinadoras de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados junto a Telos - Fundação Embratel de Seguridade Social (“Telos”).

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Apresentamos, a seguir, um sumário dos saldos e das transações com partes relacionadas:

Natureza da transação	Controladora						
	2015		2014		2015	2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita (despesa)	Receita (despesa)	
AMX Argentina	(a)	817.016	1.066	392.008	-	422.902	175.688
Comunicación Celular, S.A. ("Comcel")	(b)	100.681	-	101.449	-	414.396	294.521
Sercotel S.A. de C.V. ("Sercotel")	(c)	-	1.177.041	-	1.175.987	(131.294)	(114.586)
América Movil	(d)	-	3.670.179	-	15.050.538	(2.502.599)	(1.823.426)
Claro Servicios Empresariales	(e)	-	1.488.100	2	1.381.845	(188.496)	(16)
Carso Global	(f)	-	2.343.344	-	2.235.771	(306.164)	-
Claro Chile 110	(g)	-	514.081	-	513.621	(57.543)	(49.731)
Amov I, S.A. de C.V.	(h)	-	3.967.581	-	2.697.059	(1.401.223)	(393.783)
Amov Finance	(i)	-	17.760.916	-	-	(1.717.203)	-
Telmex Colombia S.A.		22.135	-	21.048	262	64.555	38.762
Procisa do Brasil Projetos e Construções ("Procisa")		75.384	64.803	-	106.948	(72.257)	-
DLA, INC - Digital Latin America, LLC ("DLA")		-	162.321	-	71.618	(176.376)	-
HITSS do Brasil Serviços ("HITSS")		-	31.588	-	-	(51.821)	-
Telmex Latam		-	20.111	-	25.737	(19.846)	-
Cablena		-	698	-	-	(1.289)	-
Star One	(k)	63.708	-	25.984	-	-	-
Reyc	(k)	-	-	114.262	-	-	-
PMS		68.000	-	6.516	-	-	-
Claro Corporate		149.495	-	-	-	-	-
Claropar		92.093	-	90.628	1.822	-	-
Alecan		-	-	1.173	-	-	-
ATL Cayman		21.258	-	-	-	-	-
Consertel		-	791	-	747	(44)	-
Outras partes relacionadas		61.778	264.411	35.473	58.768	24.089	(563)
		1.471.548	31.467.031	788.543	23.320.723	(5.700.213)	(1.873.134)
Circulante		1.339.478	1.722.282	682.281	356.395	-	-
Não circulante		132.070	29.744.749	106.262	22.964.328	-	-

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Natureza da transação	Consolidado					
	2015		2014		2015	2014
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita (despesa)	Receita (despesa)
AMX Argentina	(a) 817.016	1.066	392.008	-	422.902	175.688
Comcel	(b) 100.838	-	101.449	-	414.396	294.521
Sercotel	(c) -	1.488.902	-	1.388.121	(236.525)	(114.586)
América Movil	(d) -	3.670.179	-	15.050.538	(2.502.599)	(1.823.426)
Claro Servicios Empresariales	(e) -	1.488.100	2	1.381.845	(188.482)	(16)
Carso Global	(f) -	2.343.344	-	2.235.771	(306.164)	-
Claro Chile 110	(g) -	514.081	-	513.621	(57.543)	(49.731)
Amov I, S.A. de C.V.	(h) -	3.967.581	-	2.697.059	(1.401.223)	(393.783)
Amov Finance	(i) -	17.760.916	-	-	(1.717.203)	-
Telmex Colombia S.A.	22.135	-	21.048	262	64.555	38.762
Procisa	75.384	64.803	-	106.948	(71.674)	-
DLA	-	162.321	-	71.618	(176.376)	-
HITSS	-	33.533	-	-	(59.684)	-
Telmex Latam	-	20.111	-	19.538	(19.846)	-
Cablana	-	698	-	-	(1.289)	-
Claropar	92.093	-	90.628	1.822	-	-
Alecan	-	-	1.173	-	-	-
Consertel	-	23.981	-	747	(68)	-
Tvsat	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas	20.097	186.934	2.399	25.737	27.633	(563)
	1.127.563	31.726.550	608.707	23.493.627	(5.809.190)	(1.873.134)
Circulante	1.035.470	1.681.286	516.906	326.027	-	-
Não circulante	92.093	30.045.264	91.801	23.167.600	-	-

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

- a) Em 07 de março de 2008, a Claro e a AMX Argentina, firmaram o contrato de licença para uso pela AMX Argentina de diversas marcas de propriedade da Claro, para uso da AMX Argentina no território argentino. O valor a ser cobrado é calculado com base em percentual da receita bruta auferida pela AMX Argentina durante os trimestres. O prazo deste contrato foi de cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos.
- b) Refere-se a serviços de consultoria de assistência técnica, administrativa e de vendas, prestados pela Claro, conforme contratos de prestação de serviços e assistência técnica, com base em percentual calculado sobre as receitas operacionais das empresas assessoradas. Possuem vencimentos de 30 a 60 dias e não há incidência de encargos financeiros, incorrendo apenas atualização pela variação do dólar norte-americano. O prazo desses contratos é de um ano, renovável a cada término de vigência.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

As informações a seguir, referem-se a mútuo passivo. As principais informações destes instrumentos contratuais são:

Empresa	Parte Relacionada	Taxas efetivas a.a.	Principal	Vencimento (*)
Claro	(c)	11,35%	R\$1.144.801	29 de setembro de 2017.
TdB	(c)	Libor + 1,50%	US\$27,855,577.00	30 de dezembro de 2017.
TdB	(c)	Libor + 1,55%	US\$52,000,000.00	30 de dezembro de 2017.
Claro	(d)	CDI + 1,08%	R\$680.000	15 de maio de 2017.
Claro	(d)	Libor + 3,0%	US\$2,000,000,000.00	02 de agosto de 2017, liquidado em 12 de março de 2015. (**)
Claro	(d)	Libor + 2,5%	US\$512,816,395.00	07 de junho de 2019, liquidado em 12 de março de 2015. (**)
Claro	(d)	Libor + 2,5%	US\$936,000,000.00	26 de dezembro de 2018, liquidado em 12 de março de 2015. (**)
Claro	(d)	Libor + 2,5%	US\$1,001,700,000.00	20 de março de 2019, liquidado em 11 de junho de 2015. (**)
Claro	(d)	11,35%	R\$268.000	29 de setembro de 2017.
Claro	(d)	13,15%	R\$2.466.451	30 de novembro de 2017.
Claro	(e)	CDI + 1,4%	R\$1.343.632	09 de outubro de 2017.
Claro	(f)	CDI + 1,0%	R\$2.232.593	28 de setembro de 2017.
Claro	(g)	11,35%	R\$500.000	29 de setembro de 2017.
Claro	(h)	Libor 6M + 3,5%	US\$1,002,260,509.00	30 de dezembro de 2017 e 2023.
Claro	(i)	13,15%	R\$178.000	01 de fevereiro de 2018.
Claro	(i)	13,50%	R\$10.744.000	12 de setembro de 2019.
Claro	(i)	13,50%	R\$1.153.290	25 de março de 2018.
Claro	(i)	13,50%	R\$963.720	30 de março de 2018.
Claro	(i)	13,50%	R\$552.348	10 de abril de 2018.
Claro	(i)	13,50%	R\$91.500	30 de abril de 2018.
Claro	(i)	13,50%	R\$190.000	05 de junho de 2018.
Claro	(i)	13,50%	R\$3.157.374	12 de setembro de 2019.
Claro	(i)	14,86%	R\$405.821	21 de janeiro de 2016.

(*) Todos os contratos listados acima são sem garantias.

(**) Visando redução do risco cambial, foram feitas as seguintes operações, pela Claro:

- Em março de 2015, liquidação de 3 contratos com a América Móvil (total de US\$3,448,816 mil) e contratação de novo mútuo com Amov Finance (total de R\$10.745.084); e
- Em junho de 2015, liquidação de 1 contrato com a América Móvil (total de US\$1,001,700 mil) e contratação de novo mútuo com Amov Finance (total de R\$3.157.374).

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

- k) Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia detinha créditos de AFAC no montante de R\$68.000 e R\$45.000 nas controladas Star One e PMS, respectivamente.

16.2. Remuneração dos administradores

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014 (1)	2015	2014 (1)
Salário	6.796	1.686	9.191	1.686
Benefícios diretos e indiretos	2.631	1.564	2.740	1.564
Participação nos resultados	6.333	1.123	7.292	1.123
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	903	-	903	-
Outros	894	377	1.180	377
Total	17.557	4.750	21.306	4.750

- 1) O valor das remunerações dos administradores, reconhecida nos resultados consolidados da Companhia, não contempla a remuneração das empresas incorporadas em 31 de dezembro de 2014, uma vez que seus efeitos somente foram reconhecidos nos resultados a partir de 2015, conforme Nota 1.

17. Passivo atuarial

Demonstrativo de movimentação do passivo atuarial, na controladora e no consolidado:

Passivo atuarial em 31 de dezembro de 2014 (1)	864.102
Outros resultados abrangentes	(110.119)
Atualizações atuariais	5.157
Custos dos serviços e juros, líquidos	97.176
Pagamentos efetuados	(54.085)
Passivo atuarial em 31 de dezembro de 2015	802.231
Circulante	21.886
Não circulante	780.345

- 1) O saldo de passivo atuarial em 31 de dezembro de 2014 é oriundo de incorporação, conforme Nota 1.

A Claro e suas controladas Star One, PMS e TdB são patrocinadoras de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados, quais sejam: (i) Plano de Benefício Definido ("PBD") e Plano de Assistência Médica ("AMAP") para os aposentados participantes do PBD: A Claro; (ii) Plano de Contribuição Variável ("PCV"): A Claro e suas controladas Star One, PMS e TdB; e (iii) PGBL ("Plano Gerador de Benefício Livre"): A Claro.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

A Claro oferece plano de saúde a seus empregados, que representa um passivo atuarial no desligamento ou aposentadoria em função lei 9.656/98, que garante a continuidade, temporária ou vitalícia, dependendo do tempo de contribuição e se enquadram como benefícios pós-emprego.

À exceção dos planos de saúde oferecidos aos atuais empregados, os demais planos de benefícios previdenciários e de assistência médica, mencionados acima, constituem-se nos únicos benefícios pós-emprego na modalidade de benefício definido concedidos aos empregados.

Por conta das obrigações com o AMAP, a Claro possui obrigações, no passivo não circulante, que somavam R\$780.345 em 31 de dezembro de 2015. O montante de contribuições projetadas para o exercício de 2015 é de R\$47.521.

Em 30 de abril de 2014, foi aprovada pelo Ministério de Previdência Social ("PREVIC"), a alteração do regulamento do PBD e publicada no Diário Oficial no dia 2 de maio de 2014. A alteração regulamentar, aprovada também pelo Conselho Deliberativo da Telos e com a anuência das patrocinadoras, consiste na exclusão de uma das fontes de custeio do mesmo, ou seja, a eliminação da contribuição mensal dos assistidos, tendo em vista a existência de Reserva Especial (montante decorrente do resultado superavitário, para revisão do plano de benefícios, de acordo com o art. 8º da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008), bem como da elaboração de estudo atuarial que constatou a possibilidade de não mais haver a contribuição mensal dos assistidos sem que isso cause qualquer impacto ao plano.

A taxa de contribuição da patrocinadora referente ao antigo plano PBD para o exercício de 2015 é de 17,53%, incidente sobre o salário de participação para os 4 participantes ativos deste plano.

Em 31 de dezembro de 2015 a posição consolidada de participantes do PBD era: 4 ativos, 3.330 aposentados e pensionistas.

A Claro oferecia aos seus funcionários a possibilidade de participar do plano de previdência privada do tipo PGBL ("Plano Gerador de Benefício Livre"), por intermédio do Icatu Hartford até 30 de abril de 2009, que administrava os fundos de investimentos.

A partir de 1º de maio de 2009, a ITAÚPREV passou a ser a administradora do Plano de Previdência Privada Complementar. Os valores que dizem respeito à parte da Companhia já foram integralmente transferidos. As reservas dos associados ou ex-associados que não fizeram a opção de portabilidade, continuam com os seus valores no Icatu Hartford.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

A partir de 1º de janeiro de 2015 foi implantado o novo Plano de Previdência Privada junto à Telos, entidade fechada de previdência privada, e pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo sede e foro no Rio de Janeiro. O plano da ITAUPREV está mantido somente para aqueles já inscritos até 31 de dezembro de 2014.

O Plano de Contribuição Definida (“PCD”), foi instituído pela Telos, revisto pelo Governo Federal e aprovado em 19 de novembro de 1998. A modalidade do plano é variável e a contribuição da patrocinadora é de 3% a 8% do salário aplicável do participante, além da contribuição extraordinária prevista no regulamento do plano para financiamento das despesas administrativas e do saldo de conta projetada, para benefícios nos casos de incapacidade e morte do participante em atividade.

Em 1º de setembro de 1999, foi assinado o termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, firmado entre a incorporada Embratel e a Telos e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar. Pelas cláusulas do termo, a insuficiência atuarial reconhecida em favor da Telos deve ser paga no prazo máximo de 20 anos, com base no fluxo mensal de concessão de benefícios aos funcionários assistidos pelo PCD. O saldo da dívida deste termo é reajustado mensalmente com base no maior valor entre o retorno dos ativos da carteira da Telos no mês de referência e a meta atuarial. O referido valor do passivo junto a Telos, atualizado para 31 de dezembro de 2015, monta à importância de R\$31.428, sendo R\$21.886 no circulante e R\$9.542 no não circulante.

Em 12 de agosto de 2014, foi aprovado pela PREVIC - Superintendência de Previdência Complementar do Ministério de Previdência Social o novo regulamento do PCV, que entrou em vigor a partir do dia 01 de novembro de 2014.

As regras então vigentes estarão resguardadas para todos os participantes inscritos no PCD até o dia 31 de outubro de 2014, bem como os patrocinadores manterão todas as obrigações previstas no respectivo Estatuto e Regulamento.

Em 31 de dezembro de 2015 a posição consolidada de participantes do PCV era: 6.949 ativos, 3.121 aposentados e 147 pensionistas. O montante de contribuições projetadas para o exercício de 2015 é de R\$7.539.

Adicionalmente, a Claro e suas controladas participam com o mesmo percentual de contribuição do empregado sobre o salário base, livremente escolhido pelo participante, ou seja, que variam entre 1% e 7%.

O valor do principal é pago no mês em que o participante aposenta-se, se torna inválido, falece, resgata ou porta recursos do plano.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Segue abaixo o saldo dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, da controladora e consolidado:

Ativo (passivo) de benefícios	31/12/2015	
	AMAP	PBD
Valor presente das obrigações atuariais	(775.315)	(1.735.536)
Valor justo dos ativos	4.513	2.830.091
Superávit (déficit) do plano	(770.802)	1.094.555
Efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrecuperável)	-	(1.094.553)
Plano de benefício ativo, líquido	-	(2)
Dívida contratada	-	-
Total do passivo atuarial	(770.802)	-

Seguem as movimentações da obrigação referente aos planos:

	31/12/2015	
	AMAP	PBD
Saldo inicial	(831.935)	(1.643.050)
Custo do serviço corrente	(8.561)	20
Custo dos juros	(97.908)	(189.168)
Contribuições dos participantes do plano	-	(35)
Ganho/perdas atuariais	162.827	96.697
Benefícios pagos para ativos do plano	262	-
Saldo final	(775.315)	(1.735.536)

Seguem as movimentações do valor justo dos ativos referente aos planos:

	31/12/2015	
	AMAP	PBD
Saldo inicial	4.130	2.772.288
Rendimentos sobre ativos do plano	293	325.698
Retorno dos ativos do plano superior (inferior) a taxa de desconto	(309)	(102.102)
Contribuições da patrocinadora	42.468	55
Contribuições dos participantes do plano	-	35
Benefícios pagos	(42.069)	(165.883)
Saldo final	4.513	2.830.091

Seguem as movimentações do efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrecuperável):

	31/12/2015
	PBD
Saldo inicial	(1.129.233)
Rendimentos sobre ativos do plano, líquido	(136.523)
Efeito da restrição dos ativos do plano do período	171.203
Saldo final	(1.094.553)

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Na tabela abaixo, apresenta-se o fluxo de caixa projetado para as obrigações dos seguintes planos:

<u>Ano</u>	<u>AMAP</u>	<u>PBD</u>
2016	45.151	170.296
2017	51.236	176.365
2018	57.826	182.336
2019	64.829	188.214
2020	71.962	193.932
2020 a 2026	472.506	1.045.146

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, para os planos são:

	<u>31/12/2015</u>	
	<u>AMAP</u>	<u>PBD</u>
Custo do serviço corrente	(8.561)	(20)
Juros líquido passivo (ativo)	(97.615)	(7)
	<u>(106.176)</u>	<u>(27)</u>

Segue abaixo o saldo dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, referente ao plano PCV:

	<u>31/12/2015</u>	
<u>Ativo (passivo) de benefícios</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Valor presente das obrigações atuariais	(1.169.035)	(1.180.649)
Valor justo dos ativos	1.768.525	1.784.985
Superávit (déficit) do plano	599.490	604.336
Efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrecuperável)	(599.490)	(604.318)
Plano de benefício ativo, líquido	-	(18)
Dívida contratada	(31.428)	(31.428)
Total do passivo atuarial	<u>(31.428)</u>	<u>(31.428)</u>

Seguem as movimentações da obrigação referente aos planos:

	<u>31/12/2015</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo inicial	(1.175.470)	(1.187.278)
Custo do serviço corrente	(485)	(513)
Custo dos juros	(135.953)	(137.315)
Ganho/perdas atuariais	39.214	39.784
Benefícios pagos para ativos do plano	103.659	104.673
Saldo final	<u>(1.169.035)</u>	<u>(1.180.649)</u>

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Seguem as movimentações do valor justo dos ativos referente aos planos:

	31/12/2015	
	Controladora	Consolidado
Saldo inicial	1.669.220	1.685.036
Rendimentos sobre ativos do plano	196.099	197.954
Retorno dos ativos do plano superior (inferior) a taxa de desconto	(4.862)	(5.096)
Contribuições da patrocinadora	11.727	11.764
Benefícios pagos	(103.659)	(104.673)
Saldo final	1.768.525	1.784.985

Seguem as movimentações do efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irre recuperável) para os seguintes planos:

	31/12/2015	
	Controladora	Consolidado
Saldo inicial	(493.750)	(497.675)
Rendimentos sobre ativos do plano, líquido	(59.694)	(60.169)
Efeito da restrição dos ativos do plano do período	(46.046)	(46.474)
Saldo final	(599.490)	(604.318)

Na tabela abaixo, apresenta-se o fluxo de caixa projetado para as obrigações dos seguintes planos:

Ano	Controladora	Consolidado
2016	115.538	116.807
2017	120.071	121.376
2018	124.647	125.989
2019	129.246	130.622
2020 a 2026	735.470	742.924

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, para os planos são:

	31/12/2015	
	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(485)	(512)
Juros líquido passivo (ativo)	452	467
	(33)	(45)

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Principais premissas atuariais utilizadas:

a) Fatores econômicos

(i) Taxa de desconto	12,57% a.a.
(ii) Taxa anual de inflação a longo prazo	5,00% a.a.
(iii) Crescimento dos custos médicos	6,50% a 11,50% a.a.
(iv) Crescimento dos custos médicos por faixa etária	4,00% a.a.
(v) Custo médico (máximo) anual, entre 60 e 65 anos de idade	R\$7.572(1)

(1) Baseado na experiência do plano com participantes aposentados nos exercícios de 2015 e 2014.

b) Fatores biométricos

(i) Tábua de mortalidade geral	AT-2000 (2)
(ii) Tábua de mortalidade de inválidos	PBD e AMAP: CSO80 e PCV: CSO58
(iii) Tábua de entrada em invalidez	UP 84 Modificada (2)
(iv) Rotatividade	Nula

(2) Tábuas específicas por sexo.

Análise de sensibilidade

As principais premissas ponderadas utilizadas para a análise de sensibilidade do saldo das obrigações dos planos, são como seguem:

<u>Mortalidade</u>	<u>PCV: Mudança de tábua PBD e AMAP: 1 ano de crescimento da expectativa de vida</u>
Taxa de desconto	Crescimento/redução de 1%
Crescimento dos custos médicos	Crescimento/redução de 1%

As análises de sensibilidade, apresentadas, baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as demais:

<u>Plano de benefícios</u>	<u>Controladora</u>			
	<u>Taxa de desconto</u>		<u>Custos médicos</u>	
	<u>+1%</u>	<u>-1%</u>	<u>+1%</u>	<u>-1%</u>
PBD	109.392	(124.837)	-	-
AMAP	82.436	(94.549)	(82.708)	70.920
PCV	81.647	(93.648)	-	-

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Plano de benefícios	Consolidado			
	Taxa de desconto		Custos médicos	
	+1%	-1%	+1%	-1%
PBD	109.392	(124.837)	-	-
AMAP	82.436	(94.549)	(82.708)	70.920
PCV	82.401	(94.508)	-	-

A natureza dos investimentos dos planos, no consolidado, está alocada como segue:

	31/12/2015		
	AMAP	PBD	PCV
Ações	-	6,46%	-
Fundos de investimento	100,00%	88,16%	99,10%
Investimentos imobiliários	-	5,07%	-
Outros	-	0,31%	0,90%
	100,00%	100,00%	100,00%

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2015, a Companhia aprovou o cancelamento das 635.938, sendo 272.790 ações ordinárias e 363.148 ações preferenciais, com redução do capital social em R\$344.355. O capital social passou de R\$12.043.002 para R\$11.698.647, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 49.615.409 ações, sendo 16.477.659 ações ordinárias e 33.137.750 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 28 de dezembro de 2015 houve aumento de capital de R\$797.115 passando o capital social da Companhia de R\$11.698.646, para R\$12.495.762, o aumento do capital foi integralizado à vista por meio de créditos detidos pelo acionista Claropar contra a Companhia, no valor de R\$789.000 e de parcela da reserva especial de ágio da Companhia no montante de R\$8.115, realizada em proveito exclusivo da acionista controladora da Companhia, nos termos da instrução CVM nº 319/99.

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social subscrito da Companhia na controladora e consolidado, foi de R\$12.495.762, composto por ações nominativas e sem valor nominal, dividido em 53.926.707 sendo 20.788.957 ações ordinárias e 33.137.750 ações preferenciais.

b) Reserva de capital

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia baixou R\$17.797, onde R\$8.115 foi integralizado no Capital Social e R\$9.681 foi utilizado para redução do prejuízo acumulado.

c) Reserva legal

Conforme a modificação introduzida pela Lei nº 11.638/07, o lucro líquido do exercício deverá ser integralmente destinado de acordo com os artigos 193 e 197 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2014, foram absorvidos pela reserva legal, o montante R\$205.191 de prejuízos acumulados.

d) Ganhos e perdas em transações de capital

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia registrou ganho em função do aumento de capital.

e) Outros resultados abrangentes

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 houve o reconhecimento dos valores oriundos de ganhos e perdas atuariais – Plano AMAP e reflexo de variação cambial sobre investimento líquido no exterior.

19. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Comunicação de dados e outros	13.073.824	6.740.774	13.939.564	6.753.808
TV por assinatura	8.120.746	-	8.124.193	-
Serviços locais	7.263.962	5.571.969	7.261.518	5.571.969
Longa distância	3.131.731	233.863	3.122.247	233.863
Venda de aparelhos e acessórios	1.247.861	1.407.235	1.247.861	1.407.235
	32.838.124	13.953.841	33.695.383	13.966.875

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

20. Custo dos serviços prestados e produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Depreciação e amortização	(6.012.218)	(2.231.757)	(6.203.623)	(2.299.323)
Interconexão	(3.075.966)	(1.557.025)	(3.102.451)	(1.557.025)
Canais de conteúdo	(3.628.575)	-	(3.665.548)	-
Custo dos aparelhos e acessórios vendidos	(1.645.730)	(2.059.100)	(1.642.514)	(2.059.100)
Taxas e contribuições	(1.474.162)	(1.185.225)	(1.486.601)	(1.187.498)
Serviços de terceiros	(1.768.339)	(768.532)	(1.787.901)	(806.089)
Aluguéis	(784.148)	(606.734)	(790.877)	(639.254)
Mão de obra própria	(1.503.686)	(139.715)	(1.566.643)	(147.047)
Outros	(508.121)	(392.090)	(519.711)	(214.381)
	(20.400.945)	(8.940.178)	(20.765.869)	(8.909.717)

21 Custos e despesas por natureza

As demonstrações dos resultados da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Serviços de terceiros	(7.665.593)	(2.032.644)	(7.478.865)	(2.072.003)
Depreciação e amortização	(6.857.468)	(2.701.122)	(7.063.554)	(2.768.687)
Mão-de-obra própria	(3.523.757)	(955.689)	(3.850.595)	(963.121)
Interconexão	(3.075.966)	(1.905.238)	(3.102.451)	(1.727.681)
Canais de conteúdo	(3.628.575)	-	(3.665.548)	-
Custo dos aparelhos e acessórios vendidos	(1.645.730)	(2.059.100)	(1.642.514)	(2.059.100)
Taxas e contribuições	(1.571.437)	(1.185.225)	(1.588.509)	(1.187.498)
Aluguéis	(879.167)	(701.351)	(887.290)	(733.871)
Publicidade	(1.112.603)	(635.887)	(1.112.603)	(635.887)
Devedores duvidosos (1)	(1.041.551)	(314.997)	(1.047.683)	(314.997)
Outras receitas (custos e despesas), líquidas	459.631	(709.086)	426.666	(712.925)
	(30.542.216)	(13.200.339)	(31.012.946)	(13.175.770)
Custos dos serviços prestados e produtos vendidos	(20.400.945)	(8.940.178)	(20.765.869)	(8.909.717)
Despesas com vendas	(7.109.885)	(3.523.923)	(7.136.992)	(3.527.912)
Despesas gerais e administrativas	(3.522.887)	(1.157.482)	(3.584.303)	(1.159.415)
Outras receitas operacionais, líquidas	491.501	421.244	474.218	421.274
	(30.542.216)	(13.200.339)	(31.012.946)	(13.175.770)

(1) Compreende, também, outras perdas relacionadas com o contas a receber.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

22. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas financeiras				
Receitas com operações financeiras	339.871	524.374	174.520	565.463
Variações cambiais - contas ativas	404.864	1.297.181	416.047	1.297.181
Variações monetárias - contas ativas	-	100.365	70	102.277
	744.735	1.921.920	590.637	1.964.921
Despesas financeiras				
Despesas com operações financeiras e juros	(4.222.572)	(853.521)	(4.061.900)	(805.559)
Variações cambiais - contas passivas	(3.736.214)	(3.234.150)	(3.881.445)	(3.234.855)
Variações monetárias - contas passivas	(64.275)	(222.588)	(65.594)	(263.337)
	(8.023.061)	(4.310.259)	(8.008.939)	(4.303.751)
	(7.278.326)	(2.388.339)	(7.418.302)	(2.338.830)

23. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Corrente				
Imposto de renda	(200.423)	(1.777)	(207.689)	(21.684)
Contribuição social	(7.046)	(640)	(9.682)	(8.125)
	(207.469)	(2.417)	(217.371)	(29.809)
Diferidos				
Imposto de renda	1.028.251	384.878	1.005.880	382.237
Contribuição social	378.146	138.425	315.847	137.474
	1.406.397	523.303	1.321.727	519.711
	1.198.928	520.886	1.104.356	489.902

Algumas controladas da Companhia possuem créditos fiscais no montante total de R\$224.857 em 31 de dezembro de 2015 (R\$192.596 em 31 de dezembro de 2014), para os quais foram constituídas provisões em função de não possuírem perspectivas de realização futura.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.831.749)	(1.640.786)	(4.736.879)	(1.609.784)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	1.642.795	557.867	1.610.538	547.327
Ajustes para cálculo do crédito tributário:				
Equivalência patrimonial	51.227	(2.023)	(345)	(21.100)
Perdas com recebíveis	(8.555)	(7.110)	(8.555)	(7.110)
Multas indedutíveis	(6.433)	(2.761)	(6.433)	(3.526)
Juros sobre capital próprio	(26.859)	-	-	-
Ajustes da Lei nº 11.638/2007	(3.485)	(7.314)	(3.485)	(7.567)
Excesso de juros	(252.340)	(7.114)	(252.340)	(7.114)
Patrocínios não dedutíveis	(4.221)	(1.561)	(4.221)	(1.561)
Prejuízos fiscais não constituídos contabilmente	-	-	(15.730)	-
Baixa de crédito IR exterior	(141.279)	-	(141.279)	-
Provisão de créditos em análise (IRRF Exterior 2007 e 2011)	(59.144)	-	(59.144)	-
Crédito de períodos anteriores reconhecido (revertido) no exercício	19.458	-	2.192	-
Outros ajustes permanentes	(12.236)	(9.098)	(16.842)	(9.447)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido do exercício	1.198.928	520.886	1.104.356	489.902
Imposto de renda e contribuição social correntes	(207.470)	(2.417)	(217.450)	(29.809)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.406.398	523.303	1.321.806	519.711
Imposto de renda e contribuição social do exercício	1.198.928	520.886	1.104.356	489.902

24. Instrumentos financeiros

Os saldos das contas a receber e a pagar registrados no circulante aproximam-se dos valores de mercado, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos e/ou indexação a taxas de juros de mercado ou índices de correção monetária. As aplicações financeiras estão atualizadas de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras, sem expectativa de geração de perda para a Companhia e suas controladas.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos financeiros consolidados registrados em 31 de dezembro de 2015, em contas patrimoniais cujo valor justo difere do contábil:

	Consolidado	
	Valor Contábil	Valor de mercado
Debêntures	4.322.344	4.385.112

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia e suas controladas podem ser assim apresentados:

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

a) Risco de taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio.

Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes riscos:

Risco de queda do dólar

Cenário I - Provável	Dólar - 5%	R\$3,7096
Cenário II	Dólar - 25%	R\$2,9286
Cenário III	Dólar - 50%	R\$1,9524

Risco de alta do dólar

Cenário I	Dólar + 5%	R\$4,1000
Cenário II	Dólar + 25%	R\$4,8810
Cenário III	Dólar + 50%	R\$5,8572

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras, consolidadas:

Operação	Posição em 31/12/2015	Ganho/(perda)		
		Cenário I provável	Cenário II	Cenário III
Queda do dólar				
Partes relacionadas	(3.967.580)	198.379	991.895	1.983.791
Fornecedores	(414.400)	20.720	103.600	207.201
Outros ativos líquidos	1.049.120	(52.456)	(262.279)	(524.558)
		<u>166.643</u>	<u>833.216</u>	<u>1.666.434</u>
Alta do dólar				
Partes relacionadas	(3.967.580)	(198.379)	(991.895)	(1.983.791)
Fornecedores	(414.400)	(20.720)	(103.600)	(207.201)
Outros ativos líquidos	1.049.120	52.456	262.279	524.558
		<u>(166.643)</u>	<u>(833.216)</u>	<u>(1.666.434)</u>

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

b) Risco da taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia e suas controladas não têm pactuados contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

c) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, revendedores de aparelhos celulares (“*dealers*”) e distribuidores de cartões pré-pago.

A ANATEL requer que o serviço de telefonia celular esteja disponível a todos os interessados independentemente da renda e da ordem em que sejam recebidas as inscrições.

O risco de crédito com relação às contas a receber de serviços de telefonia móvel celular é diversificado. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas realizam análise de crédito, para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência e monitora as contas a receber de assinantes, interrompendo a capacidade de originar chamadas, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos, de acordo com as normas da ANATEL.

A política de vendas de aparelhos e distribuição de cartões pré-pagos da Companhia e suas controladas estão intimamente associadas ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. Com respeito a lojistas e distribuidores, a Companhia e suas controladas mantém limites de crédito individuais, com base em análise de potencial de venda, histórico de risco e inadimplência.

A seletividade de seus clientes, diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites de posição são procedimentos que a Companhia e suas controladas adotam a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de seus parceiros comerciais.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pelo risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas. A tabela abaixo demonstra a estimativa dos pagamentos contratuais da dívida existente em 31 de dezembro de 2015:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2017	2.345.921	2.280.228
2018	437.447	437.447
2019	17.213	17.213
	2.800.581	2.734.888

A Companhia estrutura os vencimentos das dívidas de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

e) Garantias

Com relação às operações de Finame, os próprios equipamentos financiados se constituem em garantias fiduciárias.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

25. Compromissos

Os compromissos consolidados são como seguem:

Anos/período	Controladora				Total
	Manutenção de equipamentos	Direito de uso (1)	Locações e aluguéis	Capex (2)	
2016	38	171	428.061	879.947	1.308.217
2017 a 2020	-	689	1.599.746	-	1.600.435
2021 a 2025	-	856	1.800.756	-	1.801.612
	38	1.716	3.828.563	879.947	4.710.264

Anos/período	Consolidado				Total
	Manutenção de equipamentos	Direito de uso (1)	Locações e aluguéis	Capex (2)	
2016	4.317	171	429.004	1.107.859	1.541.351
2017 a 2020	-	689	1.602.697	13.852	1.617.238
2021 a 2025	-	856	1.807.544	-	1.808.400
	4.317	1.716	3.839.245	1.121.711	4.966.989

1) Compreende aluguéis de faixas de terras ou postes por onde passam a rede de cabos tanto na área urbana, quanto em rotas de longa distância.

2) Inclui principalmente compromissos de imobilizado e intangível relacionados com tecnologia Satelital (principalmente satélite D1, no valor de R\$228.154), à estrutura de rede móvel (R\$327.998) e à infraestrutura de transmissão (R\$215.593).

26. Seguros

A Companhia e suas controladas adotam política de manutenção de seguros em níveis que a Administração considera adequados para cobrir os eventuais riscos, abrangendo todas as perdas ou danos materiais causados aos seus ativos. Devido às características de operações multilocalizadas, a Administração contrata seguro com o conceito de limite máximo provável em um mesmo evento, para o qual mantém cobertura contra riscos operacionais (incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos-vendavais/raios/enchentes). A apólice de seguro é única e engloba todas as empresas do grupo, sendo o limite máximo de indenização de, aproximadamente, R\$967.345 para todas as empresas do grupo.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

27. Garantias

A Companhia e suas controladas firmaram cartas de fiança e contratos de seguro, com a finalidade de garantir, principalmente, o pagamento de ações fiscais, cíveis e trabalhistas no montante de R\$9.866.677 na controladora e R\$9.942.583 no consolidado em 31 de dezembro de 2015 (R\$8.707.990 na controladora e R\$8.782.015 no consolidado em 31 de dezembro de 2014).

28. Eventos subsequentes

1) Aquisição da Brasil Telecomunicações S.A. (“BRTel”)

Com vistas a ampliar a atuação no segmento fixo, em 28 de janeiro de 2016 a Companhia adquiriu o controle acionário da BRTel, sociedade que opera no mercado de televisão por assinatura e internet banda larga em diversos municípios brasileiros sob a marca “BLUE”. A aquisição da BRTel foi efetivada após autorizações concedidas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, publicadas no Diário Oficial da União em 11 de dezembro de 2015 e 15 de janeiro de 2016, respectivamente.

A Administração da Companhia está em processo de revisão de sua estimativa do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos. Assim, caso aplicável, a Administração efetuará os ajustes necessários após a conclusão dos procedimentos para mensurar os montantes reconhecidos na data de aquisição relativos: (i) ao valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, (ii) à participação dos acionistas não controladores na data de aquisição, e (iii) ao montante transferido com o objetivo de determinar que todas as informações disponíveis à data de aquisição foram consideradas no registro da combinação de negócios. A administração tem o prazo de até 12 meses a contar da data de aquisição do controle para revisão e conclusão do cálculo final.

2) Aumento de capital

Em 29 de janeiro de 2016 foi deliberada proposta de aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$6.050.837, com a emissão de um total de 33.574.727 novas ações, e resgate antecipado da totalidade das debêntures no montante R\$3.629.526.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

3) Serviços de valor adicionado

Os serviços de valor adicionado prestados pela Claro e pela incorporada Net passaram a ser prestados pela Tvsat, empresa prestadora de serviços de TV por assinatura via DTH.

Esta alteração ocorreu em decorrência da incorporação (Nota 1), anuída previamente pela ANATEL por meio do Ato n. 6880, de 04 de agosto de 2014, onde as disposições regulatórias referentes especificamente às concessionárias de serviços de telecomunicações passaram a ser observadas pela Claro – dentre elas o art. 86 da Lei 9472/97 (Lei Geral de Telecomunicações), que estabelece quais atividades podem ser exploradas pelas concessionárias de serviços de telecomunicações.